

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ELISA PADILHA GARCIA

**AS RAÍZES (VEBLENIANAS) DOS HÁBITOS (INSTITUCIONALIZADOS) DOS
BRASILEIROS**

**Porto Alegre
2016**

ELISA PADILHA GARCIA

**AS RAÍZES (VEBLENIANAS) DOS HÁBITOS (INSTITUCIONALIZADOS) DOS
BRASILEIROS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição

**Porto Alegre
2016**

CIP - Catalogação na Publicação

Garcia, Elisa Padilha
As raízes (veblenianas) dos hábitos
(institucionalizados) dos brasileiros / Elisa
Padilha Garcia. -- 2016.
86 f.

Orientador: Octávio Augusto Camargo Conceição.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Economia institucionalista. 2. Economia
evolucionária. 3. Thorstein Veblen. 4. História
econômica. 5. Cultura brasileira. I. Conceição,
Octávio Augusto Camargo, orient. II. Título.

ELISA PADILHA GARCIA

**AS RAÍZES (VEBLENIANAS) DOS HÁBITOS (INSTITUCIONALIZADOS) DOS
BRASILEIROS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Prof. Dr. Glaison Augusto Guerrero

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Denise Padilha Garcia e Eduardo Flores da Cunha Garcia, pelo sacrifício e por todas as constantes atitudes de amor, carinho e dedicação prestadas a mim e aos meus irmãos; pelos valores de integridade e honestidade pelos quais me educaram; por toda a sua história de vida, esforço, superação e sucesso; por acreditarem sempre em meu potencial e por sempre me incentivarem a atingir minhas realizações.

Ao meu amado Renzo Paiva, que com o seu companheirismo, compreensão, motivação e amor incondicional, me fez acreditar em minhas capacidades, me apoiando em todos os momentos.

Aos meus tios Maria Betânia Chaves Garcia e Fernando Flores da Cunha Garcia, pelo acolhimento e afabilidade com que me recebem sempre em sua casa, nos finais de semana.

À professora Janice Dornelles de Castro, que me forneceu o suporte técnico e as bases científicas necessárias à elaboração do projeto deste Trabalho de Conclusão.

Ao professor Octávio Augusto Camargo Conceição, pela orientação que, através de seu conhecimento, competência, experiência, me deu segurança, estímulo e inspiração, contribuindo consideravelmente para a conclusão deste Trabalho de Conclusão.

RESUMO

Este trabalho busca analisar, no âmbito da história da colonização brasileira, os hábitos mentais institucionalizados dos brasileiros como uma consequência da formação histórica de sua identidade cultural, através da perspectiva Institucionalista e Evolucionária de Thorstein Veblen. Visando alcançar este objetivo, buscou-se, por meio de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, de cunho descritivo e explicativo, apresentar as principais abordagens da Economia Institucionalista; descrever os principais conceitos de Veblen; resgatar historicamente a formação socioeconômica do Brasil, destacando os hábitos culturais e institucionais arraigados nesta sociedade; e, por fim, relacionar as raízes históricas e sociológicas da cultura brasileira com as instituições, a partir da abordagem Institucionalista de Veblen. A pesquisa cumpriu seu objetivo, ao demonstrar que as práticas brasileiras de “jeitinho” e “malandragem” já existiam no Brasil desde o período colonial, e que estas estão enraizadas na cultura brasileira, em seus hábitos mentais e em suas escolhas morais, refletindo em instituições desiguais, que decorrem de um padrão sociocultural exercido e perpetuado por toda a sociedade.

Palavras-chave: Economia institucionalista. Economia evolucionária. Thorstein Veblen. História econômica. Cultura brasileira.

ABSTRACT

This study intends to examine, in the historic context of Brazilian colonization, institutionalized mental habits of Brazilians as a consequence of the historical development of their cultural identity, through the Evolutionary and Institutionalist perspective of Thorstein Veblen. In order to achieve this objective, it sought, through a qualitative and literature search, into a descriptive and explanatory character, to present the main approaches of Institutionalist Economy; to describe the main concepts of Veblen; to rescue, historically, the socioeconomic formation of Brazil, highlighting the cultural and institutional habits ingrained in this society; and, finally, to relate the historical and sociological origins of Brazilian culture with the institutions, from the Institutionalist Approach to Veblen. The study met its objective by demonstrating that the Brazilian practices of the “jeitinho” and “malandragem” already existed in Brazil since the colonial period, and that these are rooted in Brazilian culture, in their mental habits and in their moral choices, reflecting unequal institutions, resulting from a sociocultural standard exercised and perpetuated throughout the society.

Keywords: Institutionalist economy. Evolutionary economics. Thorstein Veblen. Economic history. Brazilian culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Alguma vez na vida já deu um jeitinho?.....	67
Gráfico 2 - Alguma vez na vida já pediu para alguém dar um jeitinho para você?	67
Gráfico 3 - Alguma vez na vida já deu um jeitinho para alguém?	68
Quadro 1 - Etapas Evolutivas da Cultura de Veblen.....	21
Quadro 2 - Valores Modernos versus Valores Arcaicos	68
Quadro 3 - Relações Sociais e Divisão de Classes do Período Colonial.....	71
Quadro 4 - Contribuições Culturais do Catolicismo Intimista	73
Quadro 5 - Síntese dos Hábitos Brasileiros de Ócio Conspícuo	76
Quadro 6 - Síntese dos Hábitos Brasileiros de Consumo Conspícuo.....	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	APRESENTAÇÃO DA PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA.....	11
2.1	ANTIGO INSTITUCIONALISMO NORTE-AMERICANO.....	11
2.2	ESCOLA NEO-INSTITUCIONALISTA.....	14
2.3	NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)	16
3	ANÁLISE EVOLUCIONÁRIA DE VEBLER	18
3.1	AS ETAPAS EVOLUTIVAS DA CULTURA	18
3.2	CLASSE OCIOSA <i>VERSUS</i> CLASSE TRABALHADORA	22
3.3	A OCIOSIDADE CONSPÍCUA	23
3.4	O CONSUMO CONSPÍCUO.....	25
3.4.1	O Código de Conduta Estética e a Moda	26
3.5	PROCESSO DE ADAPTAÇÃO SELETIVA DAS INSTITUIÇÕES.....	29
3.6	HÁBITOS MENTAIS MARCIAL E ESPORTISTA.....	33
3.7	HÁBITO MENTAL DE CRENÇA NA SORTE.....	35
3.8	HÁBITO MENTAL DE DEVOÇÃO RELIGIOSA.....	36
4	CULTURA BRASILEIRA: HÁBITOS E INSTITUIÇÕES	38
4.1	AS ORIGENS COLONIAIS	38
4.2	CAPITALISMO POLITICAMENTE ORIENTADO	46
4.3	ÉTICA CATÓLICA <i>VERSUS</i> ÉTICA PROTESTANTE	51
4.4	ESTRUTURA DE CLASSES HIERÁRQUICA E DESIGUAL	53
4.5	ESFERA PRIVADA <i>VERSUS</i> ESFERA PÚBLICA.....	56
4.6	HÁBITOS GENUINAMENTE BRASILEIROS	58
4.7	JEITINHO, MALANDRAGEM E "SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO?"	63
5	UMA VISÃO VEBLERIANA DA CULTURA BRASILEIRA.....	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
	REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende abordar a temática da cultura brasileira, sob uma abordagem Institucionalista, mais especificamente através da ótica de Thorstein Veblen, precursor do Velho Institucionalismo Norte-Americano. Assim, busca-se compreender, através desta pesquisa, em que medida as instituições, geradas ao longo do período colonial do Brasil através dos hábitos mentais de seus povos formadores, influenciaram na manutenção de um paradigma sociocultural desigual, que privilegia uma classe ociosa dominante.

O objetivo primordial deste trabalho, portanto, é analisar, no âmbito da história da colonização brasileira, os hábitos mentais institucionalizados dos brasileiros como uma consequência da formação histórica de sua identidade cultural, através de uma perspectiva Institucionalista *Vebleniana*. Visando a resolução do objetivo geral supracitado, buscou-se cumprir os seguintes objetivos específicos: i) apresentar as principais abordagens da Economia Institucionalista; ii) apontar e detalhar os principais conceitos de Veblen; iii) realizar um resgate histórico da formação socioeconômica do Brasil, destacando os aspectos culturais e institucionais enraizados nesta sociedade; iv) e, por fim, relacionar as origens históricas e sociológicas da cultura brasileira com as instituições, a partir do arcabouço teórico institucionalista de Veblen.

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, a metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa, de cunho descritivo e explicativo, com um método de abordagem hipotético-dedutivo e um método de procedimento histórico. Quanto às técnicas de coleta de dados, o estudo consistirá em pesquisa bibliográfica, envolvendo, portanto, dados secundários, a serem analisados a partir de um referencial consubstanciado (LAKATOS; MARCONI, 2007; GIL, 2008; FLICK, 2009).

Após esta introdução, o segundo capítulo deste trabalho inicia a parte teórica expondo as três diferentes correntes acerca da Economia Institucional: o Antigo Institucionalismo Norte-Americano, a Escola Neo-Institucionalista e a Nova Economia Institucional. Buscar-se-á, através dessa breve discussão, identificar os principais conceitos de seus autores acerca das instituições e da economia evolucionária, a posição de cada escola em relação aos preceitos ortodoxos, além de suas principais divergências metodológicas.

Após selecionado o Antigo Institucionalismo Norte-Americano como visão mais apropriada a este estudo, no terceiro capítulo serão descritas e detalhadas mais profundamente as questões teóricas referentes à cultura, aos hábitos de pensamento, aos instintos e às

instituições, levantadas brilhantemente por Thorstein Veblen, fundador da referida corrente teórica, em sua obra “A Teoria da Classe Ociosa”, no ano de 1899. Este capítulo dividir-se-á por tópicos, nos quais serão explicitadas: i) as etapas evolutivas da cultura; ii) como se forma a divisão da sociedade em uma classe ociosa e uma classe trabalhadora; iii) de que forma o princípio de ociosidade conspícua é utilizado pelas classes ociosas e o seu propósito; iv) de que modo se manifesta o princípio de consumo conspícuo, dando-se como principais exemplos dessa lei seletiva, a moda e o código de conduta estética; v) o processo de adaptação seletiva das instituições e sua relação com a seleção natural sugerida por Darwin; vi) e, por último, os hábitos mentais marcial, esportista, de crença na sorte e de devoção religiosa, sua origem instintiva e de que forma estes tendem a se conservar ao longo da evolução humana.

O quarto capítulo, por sua vez, estará centrado na temática da cultura do Brasil, com base nos estudos de autores que se propuseram a interpretar o Brasil, tais como Roberto DaMatta, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro, Roberto Campos, entre outros.

A referida pesquisa bibliográfica tentará resgatar as origens coloniais do Brasil, na qual consistirá em: i) descrever os elementos históricos, econômicos e sociais do período de colonização do Brasil, com ênfase nas características, instituições e hábitos mentais herdados dos povos formadores; ii) verificar de que forma e por quais razões foi construído, aqui, um capitalismo politicamente orientado e patrimonialista, diverso ao capitalismo liberal preconizado por Weber (2013); iii) analisar as diferenças entre a ética protestante e a ética católica de trabalho e qual destas vigora no Brasil; iv) examinar a estrutura de classes no Brasil; v) examinar as diferenças entre o espaço público e o privado, e de que forma essas esferas são tratadas pelos brasileiros; vi) estudar os principais hábitos que são considerados “genuinamente brasileiros”; vii) e, por fim, investigar os conceitos, os mecanismos e as justificativas de práticas bastante arraigadas na cultura brasileira, tais como o jeitinho brasileiro, a malandragem e a frase “sabe com quem está falando?”.

O quinto capítulo se dispõe a satisfazer o objetivo principal deste trabalho, que é o de relacionar a identidade cultural brasileira ao arcabouço teórico do Velho Institucionalismo Norte-Americano, em termos das concepções e ideias transmitidas por Thorstein Veblen, procurando-se, deste modo, identificar quais os tipos de hábitos mentais, instintos e instituições que vigoram e se conservam no Brasil, e em que medida estas induziram a preservação de um paradigma sociocultural profundamente desigual, baseado em uma estrutura escravocrata e hierárquica.

O sexto e último capítulo tratará de enumerar e concluir as principais considerações a serem feitas acerca da pesquisa, a fim de verificar se o objetivo do trabalho foi cumprido conforme planejado.

Do ponto de vista prático, o tema a ser abordado nesta pesquisa é bastante atual, tendo em vista os últimos escândalos de corrupção que estão sendo trazidos à tona e o atual cenário político e econômico em que se encontra o Brasil, pois conduzem a uma reflexão da sociedade a respeito da origem e das razões da utilização de hábitos desonestos, como a malandragem e o jeitinho, e de métodos políticos desiguais como o patrimonialismo, que acabam incentivando as práticas de corrupção.

Do ponto de vista acadêmico, este trabalho é relevante, pois consiste em uma rica fonte de pesquisa para a Universidade e para o curso de Ciências Econômicas, acerca da formação histórica da identidade cultural brasileira e de como esta afeta as relações econômicas, políticas e sociais.

2 APRESENTAÇÃO DA PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA

Este capítulo busca realizar uma breve apresentação das principais abordagens Institucionalistas, seus principais conceitos, argumentos e discussões, bem como a relevância de cada escola para a análise econômica. A partir dessa discussão teórica das três correntes, o Velho Institucionalismo Norte Americano, o Neo-Institucionalismo e a Nova Economia Institucional, buscar-se-á examinar as consequências desses processos para o ambiente econômico e seu desenvolvimento.

Os princípios do Velho Institucionalismo e do Neo-Institucionalismo se aproximam mais do arcabouço heterodoxo, visto que foram criados a partir da oposição aos fundamentos do *mainstream* neoclássico de equilíbrio ótimo e racionalidade substantiva, propondo uma interpretação diferenciada do processo de desenvolvimento, baseada na ideia de que o âmbito econômico abrange antagonismos, conflitos e incertezas. Já a abordagem da Nova Economia Institucional aceita os princípios neoclássicos, buscando compreender as instituições de modo a complementá-los (CONCEIÇÃO, 2002a).

2.1 ANTIGO INSTITUCIONALISMO NORTE-AMERICANO

O Antigo Institucionalismo Norte-Americano, fundado por Thorstein Veblen, Wesley Mitchell e John Commons, forma uma linha de análise mais descritiva ao aproximar a História Econômica à abordagem Evolucionária, negando a noção de equilíbrio e frisando a importância da mudança no desenvolvimento econômico (CONCEIÇÃO, 2002b).

Durante o final do século XIX, a Teoria da Evolução fundamentada por Charles Darwin influenciou a filosofia e a teoria social da época. Veblen, influenciado por um posicionamento pós-darwiniano, via a sociedade como um organismo complexo que sempre procura se alterar e se adaptar às novas circunstâncias (HUNT, 2005). Deste modo, através de uma explicação baseada em cadeias contínuas de causa e efeito (HODGSON, 2003), alegava que a vida econômica dos homens, tal como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência, sendo a evolução da estrutura social, por conseguinte, um processo cumulativo de seleção adaptativa, ou seja, uma seleção natural de instituições (VEBLEN, 1983). Isso, no entanto, não significa que as instituições sejam rígidas, e sim que elas têm mudanças graduais, que pressionam o sistema através de uma tensão entre rupturas, crises e regularidade,

exigindo-se constantes reavaliações e alterações de condutas rotinizadas e de decisões, levando-se cumulativamente a mudanças de paradigmas (CONCEIÇÃO, 2002b).

Veblen (1898) se opunha às premissas da ortodoxia econômica de sua época, que se sustentavam em hipóteses psicológico-comportamentais diversas do funcionamento real da economia. Em sua obra “*Why is Economics not an Evolutionary Science*”, escrita em 1898, expôs os três alvos de sua crítica a essa ciência não evolucionária: i) o *animismo*: a teleologia decorrente deste tipo de ciência, que visaria a explicação dos fenômenos em termos de uma finalidade; ii) a *taxonomia*: construção teórica fundamentada no dedutivismo dos fenômenos econômicos a partir de axiomas gerais, como por exemplo, o *homo economicus* e a concorrência perfeita; iii) e por fim, o *hedonismo*: psicologia que vê o agente econômico como alguém capaz de calcular dor e prazer, de forma a minimizar o primeiro e a maximizar o último.

A partir dessa crítica, propôs, em contraposição aos neoclássicos, uma reformulação da teoria econômica que se fundamentasse em uma ciência evolucionária, uma ciência empírica que seria uma “teoria do processo, de uma sequência que se desdobra” (VEBLEN, 1898, p. 375), na qual os instintos, hábitos e instituições teriam funções semelhantes às dos genes da biologia, na evolução da economia (CONCEIÇÃO, 2002b).

Em sua teoria dos instintos, os indivíduos agiriam sob instintos ou propensões inatas, sobre os quais não possuem controle, sendo os principais os seguintes: i) *workmanship*: é o instinto de artesanato ou de trabalho eficaz, ou seja, inclinação para a produção eficaz e repugnância ao esforço fútil; ii) *parental bent*: é o instinto familiar, ou a tendência inata do homem para se importar com o bem-estar familiar e social; iii) *idle curiosity*: é o instinto de curiosidade vã, aquilo que levaria o indivíduo a interpretar o mundo de forma condizente, buscando e valorizando o conhecimento de modo instintivo; iv) *predatory*: é a disposição do indivíduo de valorizar a proeza em detrimento do trabalho rotineiro, após as condições de subsistência estarem garantidas (MONASTERIO, 1995).

Partindo da ideia de indivíduos motivados por esses instintos, Veblen define hábitos mentais como padrões de conduta que especificam os meios a serem usados com vistas a satisfazer seus instintos, que passam por um processo contínuo no qual são mantidos ou alterados ao longo do tempo pelos próprios indivíduos, permitindo sua adaptação às circunstâncias adversas (VEBLEN, 1983). O indivíduo tende a preservar o hábito, tendo-o arraigado em seu espírito, alterando-o apenas com inércia e relutância, quando as situações o obrigam a tal. Assim, a concepção *vebleniana* de instituição é dada pelos hábitos mentais

determinados de forma coletiva, que se tornam hábitos institucionalizados (MONASTERIO, 1995).

Segundo Hodgson (2003), o que torna o trabalho de Veblen único e excepcional é a sua atenção aos processos de causalidade e os mecanismos psicológicos pelos quais o indivíduo é adaptado pelas circunstâncias. Segundo Veblen (1983), os instintos humanos são compostos, simultaneamente, por ações teleológicas e ações inconscientes ou tropismáticas. Por seu turno, os hábitos mentais são formados a partir de uma conexão entre essas propensões instintivas e as condições sociais, adquiridas de um passado recente, que influem na tomada de decisões. Esta última é realizada através da racionalidade humana, cujo papel é de mediação entre os tropismos e os elementos teleológicos.

Veblen via a história humana como a história da evolução das instituições sociais. O comportamento humano, portanto, se fundamentava em certos padrões comuns a todas as épocas históricas, que se expressavam de formas diferentes, em contextos históricos, sociais e institucionais também diversos (HUNT, 2005). Ao conectar suas duas unidades de análise, indivíduos e sociedade, através de seus hábitos e instituições, respectivamente, em uma teoria econômica evolutiva, constituía uma junção das análises micro e macroeconômica (HODGSON, 1998).

Mitchell (1910) concordava com Veblen em relação ao conceito de instituições como hábitos mentais, como “entidades psicológicas – hábitos mentais e de ação predominantes dentre as comunidades sob observação” (MITCHELL, 1910, p. 112) e as críticas à abstração ortodoxa, porém refutava as suas definições mais radicais, como a total rejeição à economia ortodoxa.

Commons (1931), outro discípulo de Veblen, também se manteve menos crítico aos princípios ortodoxos. Em seu artigo *Institutional Economics*, publicado em 1931, a instituição, conceituada como “a ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual” (COMMONS, 1931, p. 648), seria um instrumento através do qual é operado o controle coletivo, de modo a resolver conflitos por meio das regras e sanções ao seu descumprimento. Essa ação coletiva pode ser originada pelos costumes desorganizados (*unorganized customs*) ou pela ação organizada (*organized action*), composta por instituições como a família, a sociedade, as associações, os sindicatos, o Estado, entre outros. As instituições que integram a ação organizada possuem um conjunto de regras de funcionamento (*working rules*) que determinam o que os homens “podem, não podem, devem, não devem, poderiam ou não poderiam fazer” (COMMONS, 1931, p. 649).

De acordo com este autor, a unidade básica de estudo seria a transação, definida como “a alienação e aquisição, entre indivíduos, dos direitos de propriedade e liberdade criados pela sociedade” (COMMONS, 1931, p. 651). A escassez de recursos causaria um conflito de interesses, conforme propunha David Hume, sendo este solucionado apenas através da força física, na ausência de restrições à ação individual. Assim, as instituições teriam a função de resolver conflitos sem recorrer à força física, ao regular as relações sociais implícitas nas transações, sendo estas o conflito, a dependência e a ordem (COMMONS, 1931).

Commons contribuiu consideravelmente para afirmar a importância das questões legais para o estudo econômico, intensificando a conexão entre direito e economia, inclusive colaborando com questões práticas de intervenção institucional, como na elaboração de diversos projetos de lei acerca de questões trabalhistas e industriais nos Estados Unidos. No entanto, foi bastante criticado pela essencialidade não teórica de sua metodologia (HODGSON, 2003).

Mais adiante, em um capítulo à parte, será dada maior atenção ao Velho Institucionalismo de Thorstein Veblen, visto ser a abordagem mais apropriada a este estudo.

2.2 ESCOLA NEO-INSTITUCIONALISTA

Nos anos 60, o pensamento Institucionalista ressurgiu a partir da abordagem Neo-Institucionalista, através da *Association for Evolutionary Economics* (AFEE), responsável pelo *Journal of Economic Issues*, tendo como principais formuladores Galbraith, Gruchy, Hodgson, Ramstad, Rutherford, Samuels, Mark Tool e Stanfield (CONCEIÇÃO, 2002b).

Com uma visão interdisciplinar, similar e complementar à dos Velhos Institucionalistas, os Neo-Institucionalistas se baseiam na rejeição à Economia Ortodoxa, pois esta não considera tempo, lugar, nem circunstâncias, e ao “individualismo metodológico” neoclássico, dedutivo, estático e abstrato, que aborda os indivíduos como autônomos e com preferências dadas. Em contrapartida a esta, focam nas relações dinâmicas entre as instituições, as mudanças tecnológicas, os valores e a incerteza; defendem que a estrutura organizacional e suas instituições determinam a real distribuição dos recursos, sendo culturalmente interdependentes, sugerindo a análise do mercado via “coletivismo metodológico”, com ênfase em trabalhos empíricos e teóricos multidisciplinares; valorizam a distribuição de poder na sociedade, o funcionamento dos mercados e a construção de conhecimento (CONCEIÇÃO, 2002b).

Hodgson propõe um modelo de “causação de cima para baixo” (HODGSON, 2001, p. 118), no qual define as instituições como regras, restrições, práticas e ideias, explícitas e implícitas, que compõem e estruturam as relações sociais, podendo ordenar e moldar os pensamentos, as perspectivas, as ações e as preferências dos indivíduos. Sugere que, apesar de as instituições dependerem dos pensamentos e ações dos indivíduos, não são redutíveis a estes. A existência de regras implica em restrições, mas também em novas possibilidades de ações e comportamentos que não existiriam na ausência dessas regras (HODGSON, 2001).

Para este autor, entretanto, além de estruturar as relações sociais, as instituições são constantemente reforçadas e preservadas pela conduta individual, por meio do hábito. Para ele, o hábito não é visto como um comportamento, e sim uma tendência a determinada conduta condicionada à determinada circunstância. Assim, os hábitos partilhados coletivamente constroem as instituições, fornecendo-lhes durabilidade, poder e autoridade normativa (HODGSON, 2001).

Ao unir economistas de diferentes disciplinas do pensamento econômico, tais como da Teoria Geral Institucional, História do Pensamento Econômico, Comparação de Sistemas Econômicos, Economia do Trabalho, Desenvolvimento, Organização Industrial e Teoria Evolucionária, a escola Neo-Institucionalista propõe a criação de um paradigma institucionalista, fundamentado em um corpo de conhecimento constituído por oito elementos: i) ênfase na evolução social e econômica com especial atenção às instituições sociais; ii) a economia de mercado, composta pelo controle social e pela ação coletiva, é um “sistema de controle social” expresso pelas instituições, que as adaptam e as fazem cumprir seu papel; iii) tecnologia como principal força na evolução do sistema econômico; iv) o determinante último da distribuição de recursos não é mercado abstrato, mas as instituições, especialmente as estruturas de poder, que os estruturam; v) a “teoria do valor” Institucionalista se importa com o processo através do qual os valores se introduzem e se projetam nas instituições, estruturas e condutas sociais; vi) a cultura tem um duplo papel no processo da “causação cumulativa”, pois resulta da interdependência entre indivíduos e subgrupos; vii) as interações sociais e a estrutura de poder criam uma estrutura com desigualdade e hierarquia, sendo essa a explicação para a tendência democrática das instituições (CONCEIÇÃO, 2002a, 2002b).

2.3 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)

Enquanto os Neo-Institucionalistas persistem na rejeição aos fundamentos neoclássicos, a Nova Economia Institucional (NEI), fundada por Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North, distingue-se dos Velhos Institucionalistas, pela sua pretensão em complementar a pesquisa neoclássica, mas não substituí-la. Tendo como principal referência do Antigo Institucionalismo, os conceitos de Commons acerca da escassez e da transação, a NEI baseia sua análise na microeconomia, com foco na Teoria da Firma em uma visão não tradicional, combinada com História Econômica, Economia dos Direitos de Propriedade, Sistemas Econômicos Comparados, Economia do Trabalho e Organização Industrial (CONCEIÇÃO, 2002b).

Coase relacionou as instituições com a Teoria Neoclássica e os custos de transação, definindo estes últimos como “o custo de se levar uma transação adiante através de uma troca no mercado” (COASE, 1998, p. 6), isto é, todos aqueles custos vinculados a uma transação econômica, abrangendo desde a pesquisa de preços, os contratos, até o conhecimento de mercado, estando presentes em toda parte. Caberia aos indivíduos, portanto, a sua minimização por meio da seleção de um instrumento de alocação de recursos, ou seja, de uma instituição cujo custo de transação fosse o mínimo possível.

Dado que as instituições podem ser firmas, mercados ou o Estado, sua função é reduzir os custos de transação (COASE, 1937), solucionando conflitos e aumentando a eficiência econômica (CONCEIÇÃO, 2002a). Em vista disso, o resultado neoclássico de mercados eficientes apenas seria alcançado quando não houvesse custos para transacionar. Seria possível economizar esses custos de duas formas: por meio dos preços, escolhendo-se os mais adequados nas transações com o mercado; ou substituindo-se um contrato incompleto por vários contratos completos (CONCEIÇÃO, 2002b).

Williamson concorda com Coase a respeito de sua concepção de transação, custos de transação e instituições, porém ressalta que sua pesquisa não explora intimamente os elementos internos da firma. Destarte, amplia esses conceitos ao verificar sua associação às noções da teoria da firma de Simon, tais como a racionalidade limitada, que é a escolha racional baseada na aceitação de limitações neurofisiológicas e linguísticas às tomadas de decisões e à adaptação em situações incertas, e o oportunismo, que consiste na procura pelo autointeresse com astúcia, aspectos estes inerentes às organizações e que implicam na

presença de falhas de mercado (WILLIAMSON, 1991¹ apud CONCEIÇÃO, 2002a). Para Williamson, portanto, os indivíduos teriam informações limitadas e se comportariam com oportunismo, necessitando, então, de instituições tais como as firmas, os mercados e os contratos para restringir suas condutas desonestas e auxiliá-los em suas tomadas de decisões.

North também adota essas noções de custos de transação e de limitação cognitiva, porém em uma concepção mais orientada ao desenvolvimento econômico, percebendo as instituições como as regras do jogo de uma sociedade, ou seja, as restrições inventadas pelos próprios indivíduos que estruturam as relações políticas, econômicas e sociais, podendo estas ser informais, sob a condição de sanções, normas de conduta, convenções, costumes ou tradições, ou formais, em forma de legislações ou constituições (NORTH, 1991). Sob essa abordagem, North posiciona as instituições no cerne do processo de desenvolvimento, relacionando-as ao Neoclassicismo através das ideias de custos de transação de Coase e Williamson (CONCEIÇÃO, 2002b).

¹ WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 36, n. 2, p. 269-296, jun. 1991.

3 ANÁLISE EVOLUCIONÁRIA DE VEBLEN

Tendo em conta a necessidade de uma compreensão mais aprofundada acerca da Economia Evolucionária de Thorstein Veblen, teórico precursor do Antigo Institucionalismo Norte-Americano, conforme já mencionado anteriormente, este capítulo visará sintetizar as principais ideias e conceitos discutidos em sua principal obra, “A Teoria da Classe Ociosa”, que foi escrita no ano de 1899, visto ser esta a abordagem mais relevante e apropriada à realização deste estudo.

Tentar-se-á expor, para tal, os principais aspectos da teoria *vebleniana* acerca da cultura, tais como os diferentes estágios culturais ao longo da evolução humana; a existência de uma classe ociosa e de uma classe trabalhadora; os princípios de ócio conspícuo e de consumo conspícuo; o processo adaptativo seletivo das instituições; e os principais hábitos mentais que persistem e se conservam ainda na cultura industrial moderna, como as tendências para o esporte, para a agressão, para a religião e para a sorte. Nesse contexto, esta revisão teórica buscará compreender de que forma as relações entre os indivíduos, moldadas através de sua cultura, regulam as instituições e são reguladas por estas últimas.

3.1 AS ETAPAS EVOLUTIVAS DA CULTURA

Veblen (1983) inicia sua teoria dividindo a história cultural da humanidade ao longo do tempo a partir de cinco diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social: i) cultura selvagem; ii) cultura bárbara primitiva e quase pacífica; iii) cultura bárbara intermediária e pacífica; iv) cultura bárbara avançada ou feudal; v) e, por último, cultura moderna industrial.

O estágio cultural mais primitivo, pertencente ao homem selvagem, é composto por grupos diminutos e pobres, pacíficos e sedentários, de estrutura simples e arcaica, cujo sistema econômico não tem a propriedade como traço marcante, sendo seus membros incapazes de resistir a ataques de outros povos. Essa fase é marcada pela inexistência de uma classe ociosa e de uma atitude espiritual que apoie sua instituição, e, portanto, não há uma divisão de trabalho. O indivíduo mostra eficiência em sua colaboração na vida do grupo. A competição econômica existente entre os membros da tribo é realizada principalmente através de emulação em serviço industrial, sendo esta fracamente estimulada (VEBLEN, 1983).

Na segunda etapa cultural, entra-se na cultura bárbara primitiva, quase pacífica, ou regime de *status*, na qual o aparecimento de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. A propriedade de mulheres começa com o hábito de apropriação violenta das esposas cativas do inimigo, que são utilizadas como troféus. Esse costume resultou em uma forma de casamento-propriedade, com a formação de uma estrutura familiar sob o comando de um homem. Assim, apesar de a divisão de trabalho ainda ser pouco definida, surge uma especialização de funções e uma divisão de classes, na qual a classe dominante é formada pelos homens, que têm a função de caçar e lutar, e a classe trabalhadora abrange todas as mulheres, cujas funções são aquelas relativas à submissão e à subserviência, monótonas e rotineiras. A base da honorabilidade nessa etapa é a agressão, e a consequência da emulação foi, de um lado, um modo de casamento fundado na coerção, e de outro, o hábito da propriedade da mulher, sendo ainda impossível distinguir ambas instituições. A emulação pecuniária é feita através da comparação entre o possuidor da presa honorífica e os seus companheiros de tribo menos capazes, e se prende à utilidade da coisa apreendida, sendo o seu dono o guardião da honra do grupo (VEBLEN, 1983).

Na cultura bárbara intermediária e pacífica, a propriedade se estendeu à escravidão de outros cativos e dependentes, além das mulheres, desenvolvendo-se afinal o casamento-propriedade a outras mulheres além das tomadas pelo inimigo. Passa a haver, então, uma divisão de classes entre a classe superior, formada pelos homens, e a classe inferior, formada pelos escravos, dependentes e mulheres. A base convencional da honorabilidade vem a ser a proeza e a eficiência predatória. A divisão do trabalho se distribui entre as ocupações honoríficas, que consistem naquelas atividades predatórias, que demonstram força, coerção, prepotência, decorrentes de rapina, competição e agressão contra homens e animais, que significam proeza, dignidade e prestígio entre o grupo social; e as ocupações produtivas, que são aquelas que demandam regularidade e uniformidade, tais como as tarefas manuais, industriais e de subsistência, e são consideradas indignas, desagradáveis, humilhantes, vis, tediosas e desonrosas pela comunidade (VEBLEN, 1983).

O estágio de cultura bárbara avançada, que é representado pelo feudalismo, foi quando a classe ociosa foi instituída. Nesta, o conceito de propriedade se estende da propriedade de mulheres para incluir a propriedade dos produtos de sua indústria, resultando daí a propriedade das coisas além da propriedade de pessoas. O ócio passa a ser, assim, a base convencional da honra e expressão econômica de superioridade. Enquanto a classe ociosa é formada pelas classes nobres, sacerdotais e seus respectivos agregados, e realiza atividades

intrinsecamente honoríficas, que são as não industriais, tais como as ocupações governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas, a classe inferior é formada pela população plebeia, que realiza as atividades industriais, vistas como odiosas, tediosas e indignas de um homem capaz. Durante essa fase, passa-se a ver como igualmente prestigiosos até mesmo os instrumentos e acessórios de guerra, tais como as armas e sua utilização, a fabricação e o cuidado de armas e equipamentos guerreiros e de barcos de guerra, o manejo e o cuidado de cavalos, cães e falcões, o preparo de utensílios sagrados (VEBLEN, 1983).

Na vida moderna, essa discriminação persiste como preconceito corriqueiro mesmo na vida moderna, o que é demonstrado pela habitual aversão por tarefas servis. A guerra, a política, os rituais religiosos, a caça, os esportes e os espetáculos populares são tidos ainda como intrinsecamente diferentes do trabalho necessário para a consecução dos meios materiais da vida (VEBLEN, 1983).

Na moderna cultura industrial, a propriedade se torna uma instituição humana sem relação com o mínimo de subsistência. A classe ociosa é formada pelos ricos e a classe inferior, pelos pobres. A base consuetudinária da dignidade, decência, honra, reputação social e sucesso é a posse da riqueza e a consequente aquisição de bens materiais, tanto por herança como por esforço próprio, enquanto as atividades indignas são as servis, manuais e industriais. Os membros do grupo social que não atingem o padrão de riqueza sofrem na estima de seus companheiros e na sua própria estima, já que o requisito da autossatisfação é o respeito dos outros. A propriedade de bens assume valor, não tanto como prova de sucesso como prova de prepotência do possuidor sobre os outros membros da comunidade. A emulação pecuniária passa a ser uma luta pela riqueza e pelo sucesso, que se dá através da competição pelo aumento dos confortos da vida, principalmente pelo aumento dos confortos físicos que o consumo de bens proporciona. Em outras palavras, a propriedade de bens, como um troféu, se torna a única prova mais evidente de realização heroica e notável e de posição social (VEBLEN, 1983).

Veblen (1983, p. 19) explica a emulação pecuniária, nessa etapa da cultura industrial, da seguinte forma:

[...] há uma tendência constante no sentido de fazer de cada padrão pecuniário o ponto de partida para um novo aumento de riqueza; o novo padrão, por sua vez, produz um novo critério de suficiência e uma nova classificação pecuniária em relação aos vizinhos. Relativamente à questão ora discutida, o fim da acumulação de riquezas é sempre uma autoclassificação do indivíduo em comparação com o resto da comunidade no tocante à força pecuniária. O indivíduo normal, enquanto tal comparação lhe é distintamente desfavorável, vive cronicamente descontente com a

própria situação; logo que ele atinge o que pode chamar o padrão pecuniário médio da comunidade ou de sua classe na comunidade, aquele descontentamento crônico se transforma num esforço impaciente para se distanciar cada vez mais de tal padrão. A comparação odiosa entre os indivíduos nunca se torna tão favorável a um deles, que este se descuide de tentar colocar-se ainda mais alto relativamente a seus concorrentes na luta pela honorabilidade pecuniária.

O Quadro 1, ilustrado abaixo, procura expor as cinco etapas mencionadas, resumindo seus principais elementos e características.

Quadro 1 - Etapas Evolutivas da Cultura de Veblen

ETAPA CULTURAL	SELVAGEM PACÍFICA SEDENTÁRIA	BÁRBARA PRIMITIVA QUASE PACÍFICA	BÁRBARA INTERMEDIÁRIA PACÍFICA	BÁRBARA AVANÇADA FEUDAL	MODERNA INDUSTRIAL
PROPRIEDADE PRIVADA	Propriedade privada inexistente.	Propriedade de mulheres do inimigo.	Propriedade de pessoas: escravos, dependentes e mulheres.	Se estende da propriedade de mulheres para a propriedade dos produtos de sua indústria.	Propriedade de bens.
OCUPAÇÕES DIGNAS	Distinção de funções inexistente.	Distinção pouco definida. Especialização de funções masculinas (caça) x femininas (monótonas e rotineiras).	Atividades predatórias, que exigem demonstração de força, proeza, prepotência, coerção, rapina, agressão contra homens e animais, competição - governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas.	Ocupações não industriais, tais como governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas.	Trabalhos que sugerem sucesso, mérito, decência, estima e reputação social: posse da riqueza e acumulação de bens.
OCUPAÇÕES INDIGNAS			Trabalhos manuais, industriais e de subsistência, que exigem assiduidade, uniformidade e continuidade.		Trabalhos manuais, servis e industriais.
DISTINÇÃO DE CLASSES	Inexistência de uma classe ociosa e de uma atitude espiritual que apoie esta instituição.	Classe superior: homens. Classe inferior: mulheres.	Classe superior: homens das classes superiores. Classe inferior: escravos, dependentes e mulheres.	Classe ociosa: nobres, sacerdotes e agregados. Classe trabalhadora inferior: plebeus.	Classe ociosa: ricos. Classe trabalhadora inferior: pobres.
BASE DA HONRA	Colaboração com o grupo social.	Agressão.	Proeza e eficiência predatória.	Ócio.	Riqueza e aquisição de bens materiais, por herança ou esforço próprio.

Fonte: adaptado de Veblen (1983).

Depois da análise das diferentes etapas evolutivas da cultura, expostas por Veblen, o próximo tópico parte para a explicação *vebleniana* acerca da distinção entre classes.

3.2 CLASSE OCIOSA *VERSUS* CLASSE TRABALHADORA

As classes pecuniárias inferiores, cujo meio para a aquisição de bens é o trabalho produtivo, não podem evitar o trabalho, não sendo este visto como vergonhoso, pelo menos entre essas classes. Pelo contrário, sendo o trabalho o seu padrão de vida reconhecido e aceito, os indivíduos se orgulham de suas aptidões para o trabalho produtivo, por ser essa a única forma de emulação que lhes é possibilitada (VEBLEN, 1983).

Já para as classes pecuniárias superiores, a tradição da cultura predatória perdura até hoje, dado que o trabalho produtivo ainda é visto como algo indigno e humilhante. Com a intensificação da discriminação social, esta ideia obteve uma força axiomática que tornou sua vigência inquestionável na sociedade ao longo do tempo. Para essas classes, para obter e manter a estima de seu grupo social não é necessário somente possuir riqueza ou poder, mas também que a posse dessa riqueza e desse poder esteja explícita aos outros, para servir como prova de riqueza tanto para satisfazer aos outros como a si próprio (VEBLEN, 1983).

Até o presente, os indivíduos têm em seus hábitos mentais a ideia de condenação e desprezo aos ambientes populares, aos domicílios baratos e aos empregos manuais e industriais, pois não seriam condizentes a uma vida espiritual elevada. Dito em outros termos, Veblen (1983, p. 22) destaca que: “[...] têm os homens ainda hoje um sentido ritualístico de imundícia ligado de modo fortíssimo às ocupações que, nos nossos hábitos de pensamento, têm que ver com trabalhos vis”.

Por seu turno, uma vida de ociosidade é avistada como um ideal de beleza e nobreza a ser seguido, sendo considerada convencionalmente não apenas como a melhor forma de evidenciar força pecuniária, força superior e posição social, mas também como um requisito para a decência (VEBLEN, 1983).

Na medida em que cresce a população e a cultura evolui de predatória para uma comunidade industrial, as autoridades instituídas e as normas que regulamentam a propriedade ganham forma, tornando impossível aos homens de espírito elevado e aos pobres atingir a riqueza, nem através de apropriação, nem por intermédio da indústria, restando como última alternativa a privação ou a mendicidade. Destarte, sempre que a inclinação ao ócio conspícuo se aproxima de um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, instaura-se uma

classe ociosa secundária espúria, conceituada por Veblen (1983, p. 24) como: "[...] uma classe desprezível e pobre que vive precariamente em desconforto e pobreza e que é moralmente incapaz de se ocupar de atividades lucrativas". O princípio do ócio conspícuo será melhor detalhado no tópico seguinte.

3.3 A OCIOSIDADE CONSPÍCUA

O membro da classe ociosa não passa todo o seu tempo à vista dos outros, visando demonstrar-lhes sua vida de ócio honorífico. Este, diversamente, gasta parcela de seu tempo longe do público, e por isso se desdobra em manifestar de modo persuasivo aos espectadores que costuma passar esse tempo desocupado. Para demonstrar sua isenção conspícuo de todo trabalho útil, utiliza meios indiretos, tais como a exibição dos servos que emprega, os bens resultantes de seu trabalho, assim como outros meios imateriais, como por exemplo os talentos eruditos ou artísticos, o conhecimento de idiomas em desuso, de ciências ocultas, das regras de ortografia, sintaxe e prosódia corretas, da música e outras artes, da moda de vestuário, do mobiliário, de jogos, esportes e animais de raça, tais como cães e cavalos de corrida. Mas o principal método erudito de provar o ócio, naqueles estágios de cultura em que o ócio conspícuo é mais utilizado, ou seja, em um regime de *status*, são as regras da educação, da polidez, no decoro e de cerimonial, dado o prestígio que estas atividades sinalizam como impressão de respeitabilidade pecuniária e de posicionamento social (VEBLEN, 1983).

Esses códigos de etiqueta expressam uma relação de *status* que simboliza o domínio, de um lado, e a submissão, de outro, e são entendidos popularmente, até os dias de hoje, como um traço integrante da dignidade humana, que tem uma utilidade intrínseca e um caráter sagrado. O fundamento econômico encontrado na busca rígida pelo cumprimento de tais regras cerimoniais está associado ao estágio cultural bárbaro primitivo e quase pacífico, devido ao caráter honorífico do ócio, no qual há o emprego de tempo e esforço em atividade não produtiva. Assim, conforme atesta Veblen (1983, p. 26-27): “Os gostos refinados, as boas maneiras e os hábitos requintados de vida são sinal útil de bom nascimento, porque a boa educação requer tempo, esforço e dinheiro, estando fora do alcance dos que têm todo o seu tempo e energia ocupados com o trabalho”.

A presença da vida ociosa em uma família durante várias gerações conduz a uma conformação individual em relação aos hábitos de comportamento. Desse modo, o ócio conspícuo, do qual a etiqueta é uma ramificação, se torna um processo constante de esforço

pela busca do esnobismo, isto é, pelo requinte na conduta, por um ensino do bom gosto e por uma sensibilidade nas decisões e hábitos de consumo (VEBLEN, 1983).

A relação de *status* presente no decoro revela o domínio da figura do senhor, representante da classe ociosa mais alta, a qual não possui superiores e contém poucos pecuniariamente iguais, e é quem determina as normas e os padrões de comportamento econômico e social que deve ser seguido pelas classes inferiores, formada pelos seus criados e dependentes (VEBLEN, 1983).

A posição excepcional do senhor na sociedade exige a posse de uma quantidade cada vez maior de servos domésticos especializados à sua disposição, que se tornam um meio de ostentação e de prazer deste, por serem requisitos para o exercício de seu instinto de domínio. A quantidade cada vez maior de servos acarreta uma diferenciação de funções entre estes, o que os isenta cada vez mais de ocupações produtivas. Assim, sua utilidade passa a ser somente a honrosa isenção de trabalho produtivo, denominada de ócio vicário, e o fato desta isenção conferir ao senhor uma prova de riqueza supérflua, de poder e de uma capacidade de consumir improdutivamente uma grande quantidade de serviços (VEBLEN, 1983).

Surge, assim, uma classe ociosa subsidiária, denominada vicária, que é composta pelas esposas e os criados domésticos livres, cuja única função é o ócio vicário em proveito da respeitabilidade pecuniária da classe ociosa principal, visto que já que determinado tempo e esforço é desperdiçado conspicuamente em seu favor. Além disso, a atitude de subserviência e a demonstração de que foi devidamente treinado para tal, constituem os principais elementos da utilidade dos criados e os principais dotes de uma boa esposa. O desempenho inadequado e sem o cumprimento das normas da etiqueta indicam a incompetência, por parte do senhor, de manter criados especialmente treinados ou esposas bem-educadas, denotando sua falta de recursos suficientes para tal padrão de riqueza (VEBLEN, 1983).

A classe ociosa principal se distingue, porém, da classe ociosa vicária, pois enquanto na primeira, o ócio do senhor busca evitar qualquer tipo de trabalho, aumentando seu próprio bem-estar e opulência, na última, o ócio é necessário e obrigatório aos criados, tendo em vista não o seu próprio conforto, mas o do senhor a quem é subordinado (VEBLEN, 1983).

Nos dias atuais, o ócio abrange todos os membros da organização familiar, e não apenas o senhor. Assim, o emprego de criados domésticos é justificado pela impossibilidade de os membros da família executarem o trabalho doméstico necessário sem desconforto. Segundo o seu código de etiqueta, dada a necessidade moral de respeitabilidade pecuniária, a família necessita gastar seu tempo e esforço em ócio conspícuo, seja em passeios, clubes,

esportes, organizações filantrópicas, entre outros; e em consumo conspícuo de bens, como, por exemplo, em móveis, em vestuários e em refeições (VEBLEN, 1983). O tópico a seguir irá explicar a lei seletiva de consumo conspícuo.

3.4 O CONSUMO CONSPÍCUO

O padrão de vida de uma comunidade se origina do hábito de resposta a determinado estímulo. Assim, o padrão habitual de vida que rege os estímulos dos indivíduos na sociedade não são aqueles gastos de subsistência, que já foram alcançados, mas sim os gastos supérfluos, que se motivam pelo impulso da competição, definida como o hábito de comparação invejosa que desafia os indivíduos a superar os outros membros de sua classe, assim como cada classe a superar a classe imediatamente acima desta na hierarquia social. Esse dispêndio, denominado consumo conspícuo, é o que concede decência, honra e respeitabilidade a um indivíduo em relação aos outros componentes do grupo (VEBLEN, 1983).

Cada classe social, a partir do instinto predatório, adquire o poder de definir e controlar o padrão de vida, as circunstâncias econômicas, as tradições e o grau de maturidade espiritual, que todas as classes abaixo dela deverão se adaptar e assumir como atitudes, hábitos e condutas dignas e honoráveis, servindo estes de exemplos e normas de comportamento (VEBLEN, 1983).

Quanto mais antigos e arraigados pela sociedade forem os hábitos, mais eles serão inalteráveis, persistentes e dominantes, isto é, maior relutância o indivíduo terá em abandoná-los. Além do tempo, também influem na continuidade e na dominância do hábito as tendências espirituais e temperamentais herdadas pelos indivíduos (VEBLEN, 1983).

Após o instinto de autopreservação da espécie, o instinto para a competição é o mais forte e imperante dos motivos econômicos. Em uma comunidade industrial, a referida propensão é manifesta na concorrência pecuniária através do consumo conspícuo (VEBLEN, 1983).

Visto que uma maior eficiência industrial permite a obtenção dos meios de sobrevivência com maior facilidade, os esforços se direcionarão ao gasto conspícuo, e não a uma busca pelo conforto doméstico, pois este último aspecto é considerado insignificante perto da aceitação social por parte dos observadores de sua ostentação. A norma que regula o consumo é uma exigência do consumo conspícuo, ou seja, do dispêndio supérfluo destinado

à ostentação. Desta maneira, a razão do consumo é um desejo de estar em conformidade com o hábito consagrado e aceito pela comunidade, visando escapar de comentários críticos e desfavoráveis dos outros (VEBLEN, 1983).

3.4.1 O Código de Conduta Estética e a Moda

Sob a lei seletiva do consumo conspícuo, há um código de regras de decência que rege o consumo, determinando a quantidade e a qualidade dos produtos a serem comprados, estes geralmente supérfluos e de alto custo (VEBLEN, 1983).

Em culturas industriais modernas, onde prevalece a lei da inviolabilidade da instituição da propriedade privada, há um outro hábito mental desta decorrente: o da busca pela riqueza visando a construção de uma boa reputação a partir do dispêndio conspícuo. Esta regra social intervém no senso dos indivíduos em relação ao dever, ao gosto, à beleza, à utilidade, à devoção religiosa e à ciência (VEBLEN, 1983).

Em relação ao critério de opinião sobre a beleza intrínseca dos artigos de consumo, em especial aqueles relacionados à moda de vestuário e de móveis, tende-se, de forma inconsciente, a confundir a beleza à superfluidade, ou seja, a considerar um produto belo não por seu valor de uso, mas pela onerosidade, emulação e desperdício conspícuo que comunica aos outros. Desta forma, a beleza é apenas um instrumento para mascarar o preço elevado do bem consumido. Por ser um hábito calcado no caráter honorífico, a regra do gosto se transforma em uma norma que constrange, discrimina ou orienta seletivamente o comportamento dos indivíduos (VEBLEN, 1983).

O consumo conspícuo com vistas à ostentação e à emulação é mais praticado no setor de vestuário do que em qualquer outro setor de consumo. O código de conduta honorífica referente ao vestuário determina, para todas as camadas sociais, os modelos, cores e matérias-primas que deverão ser consumidos em determinada temporada do ano. A pessoa que compra vestuário conspícuamente oneroso busca a aceitação social e o sucesso pecuniário, dados pela conformidade ao padrão de gostos adotado, sendo qualquer desvio desta regra alvo de censura e de descrédito pecuniário pelos outros (VEBLEN, 1983).

Veblen (1983, p. 78) procura demonstrar esse código de conduta do gosto através de um exemplo prático, que é a rejeição do produto vulgar e a preferência pelo mais dispendioso:

[...] todos achamos um artigo de vestuário de alto preço e feito a mão preferível, em questões de beleza e utilidade, a uma imitação menos dispendiosa do mesmo, por

mais inteligentemente que o artigo espúrio possa imitar o caro original; e o que ofende a nossa sensibilidade no artigo espúrio não é o fato de ele ser inferior em sua forma ou cor, ou, de qualquer modo, em seu efeito visual. O objeto que nos repugna pode até ser uma imitação tão perfeita, ao ponto de desafiar o mais severo escrutínio; todavia, nem bem a contratação é percebida, o seu valor estético, assim como o seu valor comercial, declina precipitadamente.

Quem usa o vestuário da moda demonstra aos outros que tem a capacidade de gastar livremente, sem necessitar ganhar a vida através de trabalho produtivo. Para que atinja tal sugestão de ócio, o traje deverá ser limpo e novo, de maneira que tenha uma aparência agradável e elegante (VEBLEN, 1983).

Tendo em conta a elegância e a polidez demandadas à emulação, a utilização habitual da barba, de chapéu e da bengala pelo homem pertencente à classe ociosa está diretamente relacionado à ideia de desnecessidade de trabalho produtivo deste. Da mesma forma, o uniforme utilizado pelos criados domésticos requer também a mesma desnecessária ostentação de gastos, a dependência servil e vicária e o desconforto de seus usuários (VEBLEN, 1983).

No entanto, a moda afeta sobretudo as mulheres, uma vez que seu papel era, ao longo das fases culturais, o da servidão doméstica, da dependência econômica e do consumo vicário da ociosidade do marido, sendo o uso de vestidos, corpetes, chapéus largos e salto alto, exemplos de vestimentas incômodas que aumentam a incapacidade para o trabalho, de forma que seja visível aos observadores (VEBLEN, 1983).

As condições de elegância e de desconforto, porém, representam um fingimento e uma futilidade tão grandes que se tornam, com o tempo, estilos intoleráveis pela sociedade, e, por conseguinte, busca-se o recurso da inovação para mudar o estilo vigente para outro igualmente fútil e intolerável, fazendo com que a moda se altere sucessivamente a cada estação do ano (VEBLEN, 1983). Acerca desse dinamismo da moda, Veblen (1983, p. 81) ainda salienta: “A moda prevalecente transmite a sensação de que é bela. Isso em parte se deve ao alívio que ela proporciona por ser diferente do que era antes, e, em parte, por ser bem-conceituada”.

Deste modo, permite-se concluir que o hábito do consumo de vestuário é conduzido por três princípios: o princípio do dispêndio conspícuo, pela exigência de que a roupa deve ter preço elevado; o princípio de ócio conspícuo, pela condição de desconforto e conseqüente incapacidade para o trabalho; e, por fim, o princípio de novidade, ligado ao motivo de exibição, que demanda que o traje e o estilo estejam na moda em vigência naquela estação (VEBLEN, 1983).

A parte da classe ociosa que é isenta de trabalho industrial por mais de uma geração já consegue ser suficientemente volumosa e capaz de impor e preservar o seu juízo sobre a preferência e o gosto dos bens a serem consumidos pela comunidade. Seu intuito é, portanto, atribuir notoriedade e confirmação social ao possuidor de determinado bem oneroso, na medida em que causa uma comparação invejosa com os outros indivíduos do grupo que não o desfrutam (VEBLEN, 1983).

Quanto ao consumo de móveis, costuma-se dar prioridade aos trabalhados manualmente, em detrimento aos feitos à máquina, devido ao seu alto custo de produção e sua rusticidade que remete ao classicismo, ou seja, à veneração aos elementos arcaicos e obsoletos, característicos da cultura predatória (VEBLEN, 1983).

Em relação à beleza dos animais domésticos, costuma-se selecionar aqueles que não têm utilidade industrial, tais como aves de gaiola, gatos, cães e cavalos de corrida. Por serem bens de consumo conspícuo, contêm caráter honorífico e são considerados legitimamente belos, pelo alto preço e desperdício que denotam (VEBLEN, 1983).

Os cachorros são os favoritos nesse sentido, dado que além de não servirem para fins industriais; estão associados à caça – ocupação de instinto predatório e honorífico -; possuem forte inclinação para a subserviência, dependência e fidelidade ao seu dono; e também evidencia a dignidade implícita na ociosidade do proprietário, na medida em que este lhe dá atenção (VEBLEN, 1983).

Embora o cavalo de corrida não se comporte com a mesma submissão apresentada pelo cão, este também não fornece nenhuma serventia industrial ao dono, além de exigir cuidados altamente custosos em sua manutenção. Desse modo, seu consumo é eficaz na medida em que serve como instrumento de jogo, de honra, de conspícuo e de emulação para com os outros (VEBLEN, 1983).

No que toca ao ideal de beleza dos indivíduos, há uma normativa na qual as mulheres são apreciadas em relação à sua performance no ócio vicário, cujo sinal é representado por uma excessiva delicadeza e uma notável incapacidade física e inutilidade para o esforço útil. Nesse sentido, determinados defeitos ou traços patológicos da mulher, provocados inclusive artificialmente, são valorizados por reproduzirem a ideia de que estas necessitam ser mantidas na ociosidade pelo seu proprietário (marido), servindo de prova da força pecuniária deste último, pela dispendiosidade no seu sustento. Dentre esses traços requisitados pelos homens, pode-se citar como exemplos a cinturinha de vespa que foi moda em culturas ocidentais por

um longo período, assim como as deformações nos pés femininos admirados pela cultura oriental (VEBLEN, 1983).

Em suma, o princípio que regula a teoria estética está inteiramente ligado ao consumo de artigos caros, atingindo seus dois propósitos: o de meio para ostentações e comparações invejosas e o de prova de habilitação para pagar, que fornece um caráter honorífico e meritório ao dono, e, inversamente, desaprova as mercadorias úteis e de baixo preço e censura um estilo de vida não dispendioso, que insinua uma certa inaptidão para o gasto supérfluo. Como consequência desse hábito arraigado na sociedade, os produtores direcionam seu foco na fabricação de produtos cuja característica preponderante é o refinamento emulativo e honorífico (VEBLEN, 1983).

O princípio de reputação com base no dispêndio conspícuo, na medida em que cria julgamentos de valor acerca de vários aspectos, tais como econômicos, morais, estéticos e de respeitabilidade, é uma lei seletiva que testa a adequação às exigências dos indivíduos em um ambiente competitivo entre os demais hábitos. Assim, quanto mais esbanjadora seja a metodologia de vida ou o hábito adotado, maior será a probabilidade de preservação do indivíduo apto em relação a essa norma seletiva (VEBLEN, 1983).

3.5 PROCESSO DE ADAPTAÇÃO SELETIVA DAS INSTITUIÇÕES

O desenvolvimento das instituições e do caráter humano seriam, ao mesmo tempo, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo adaptativo compulsório dos indivíduos a um meio ambiente que se altera de modo gradual, devido ao progresso social e às transformações nas instituições (VEBLEN, 1983).

Para Veblen (1983), as instituições seriam padrões de vida e de relacionamentos sociais decorrentes de um processo de seleção e de adaptação que molda os tipos predominantes de hábitos mentais, ações, comportamentos, opiniões, habilidades e propensões espirituais. Visto que mudam e se desenvolvem, conduzem a uma imediata eleição daqueles indivíduos munidos de temperamento mais apto e apropriado e a uma consecutiva adaptação do temperamento do indivíduo e seus hábitos ao ambiente que se altera, sob pressão das novas circunstâncias, que já não admitem tais hábitos considerados ultrapassados, e, conseqüentemente, da construção de novas instituições. À vista disso, de acordo com Veblen (1983, p. 88):

As instituições têm de mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é de natureza do seu método habitual corresponder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam. O desenvolvimento dessas instituições é o próprio desenvolvimento da sociedade.

A conjuntura vigente, que inclui as instituições válidas em determinada época, oportunizará, mediante o referido processo seletivo e coercitivo, a sobrevivência e a predominância de determinado tipo de caráter, hábito ou opinião do passado em detrimento de outro. O tipo humano escolhido para permanecer e, após, construir as instituições herdadas do passado ajustará essas instituições em sua conformidade. Porém, ao mesmo tempo em que há a seleção dos tipos de caráter e de hábitos de pensamento, também ocorre um processo de adaptação seletiva entre hábitos mentais e aptidões peculiares daqueles tipos étnicos predominantes. Conforme o próprio autor enfatiza (1983, p. 88): “As instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas, e, por conseguinte nunca estão em pleno acordo com as exigências do presente”.

Por consequência, as instituições vigentes são, essencialmente, psicologicamente conservadoras e inerciais, visto que tendem a perdurar continuamente, até que um novo cenário os force a mudar, de acordo com as novas exigências. É importante salientar, contudo, que esse reajustamento se dá pela reação a uma pressão externa e com relutância, sob a coerção da nova circunstância, que tornou o paradigma passado insustentável (VEBLEN, 1983).

O reajuste das instituições habituais em relação a um ambiente modificado é realizado, então, pela reação a uma pressão externa. A partir dessas evoluções e adaptações mentais, a estrutura social também se ajusta e se desenvolve progressivamente, uma vez que as relações externas ficam suscetíveis às alterações processadas nas relações internas. Desta forma, Veblen (1983, p. 88) afirma que:

[...] o ambiente, a situação, as exigências da vida que obrigam à adaptação e ao exercício da seleção mudam de dia para dia; e cada sucessiva situação da comunidade tende por sua vez para o arcaísmo, nem bem foi adotada. Um passo rumo ao desenvolvimento já por si constitui uma mudança de situação a exigir uma nova adaptação; torna-se, com efeito, um ponto de partida para um novo passo rumo ao ajustamento, e assim por diante, interminavelmente.

O método de vida acolhido por determinado grupo social é dado por um consenso de posicionamentos preservados pela comunidade no tocante ao que é correto, benéfico, propício, adequado ou bonito na vida humana. No que tange aos modelos específicos de comportamento, determinada norma se mantém em vigor apenas quando possui a sustentação

do hábito ou da aptidão, que servem de base e critério para seu desdobramento (VEBLEN, 1983).

Dessa forma, a classe que tenderá a impor seus hábitos, opiniões, interesses e seu esquema de vida ao ambiente em transformação e, ao mesmo tempo, buscará retardar o processo de mutação social, é a classe ociosa mais alta. Através de seu conservadorismo, esta classe se mantém privilegiada e amparada pelas forças econômicas que orientam as transformações e o reajustamento das instituições. Assim, qualquer mudança sobre o que é bom ou correto na vida humana somente se faz de forma tardia, não apenas porque estará em desacordo com o posicionamento arcaico da classe ociosa, mas também porque o retrocesso de determinado conceito ao qual o ser humano já se acostumou é mais simples de suceder do que o processo seletivo e adaptativo (VEBLEN, 1983).

Além disso, as exigências econômicas da comunidade não recaem sobre os integrantes da classe ociosa, ou seja, esta última não tende a ser coagida, constrangida ou obrigada a alterar seus hábitos mentais ou suas opiniões a respeito do mundo, para adaptá-las à nova ordem social existente, renovada por inovações sociais, tecnológicas ou industriais, dado que não pertence à comunidade industrial. Portanto, tal como destaca Veblen (1983, p. 91): “O papel da classe ociosa na evolução social consiste em retardar o movimento e conservar o que é obsoleto”.

Durante o reajustamento do padrão de vida, as novas condições ambientais podem ser capazes até de favorecer a vida do grupo como um todo, mas poderão desfavorecer a qualidade da vida de alguns indivíduos da comunidade. Geralmente, os indivíduos que necessitam de uma mudança de hábitos e relações sociais sentem a disparidade entre a metodologia de vida tradicional a qual se habituou e aquela metodologia requisitada mais recentemente. Por conta disso, são os membros do grupo que possuem maior motivação para reconstruir o esquema atual de vida e, simultaneamente, são os mais facilmente convencidos a aceitar os novos métodos habituais impostos. A pressão ou força constrangedora empregada pelo ambiente sobre o grupo social, que beneficia o reajuste das instituições, se choca com os componentes desse grupo através de imposições econômicas exógenas, que tomam a forma de pressões pecuniárias (VEBLEN, 1983).

As maiores tendências à reversão que os homens da atualidade possuem são as inclinações à atitude predatória, proveniente da fase cultural bárbara, e ao relacionamento de domínio e subserviência pessoal, oriundo da etapa quase pacífica. Isso se dá porque estes dois estágios culturais tiveram uma longa duração na história de todas as etnias que formaram as

populações da cultura ocidental, causando uma maior facilidade de persistência dos traços psicológicos dominantes de ambos, influenciando na construção dos hábitos mentais desenvolvidos recentemente (VEBLEN, 1983).

No momento em que ocorre um câmbio que atinge apenas um pequeno aspecto no plano convencional de vida, o conseqüente desarranjo pode não impactar tanto sobre a comunidade como um todo, podendo até mesmo passar despercebido. Porém, no caso de uma reforma mais radical nas instituições convencionais vigentes, a remodelação necessária será mais relevante e mais perturbadora na ordem social, sofrendo esta, conseqüentemente, mais incerteza, resistência e insatisfação por parte das classes afetadas, por conta da aversão à mudança, ao incômodo e ao esforço, decorrentes da necessidade de readequação a hábitos mentais completamente estranhos aos consagrados até então (VEBLEN, 1983).

Dado que o processo de reestruturação da ordem vigente exige esforço e gasto de energia maior do que a necessária pela luta diária pela sobrevivência, as classes industriais mais pobres possuem dificuldade em empenhar-se a esse reajustamento, tendendo a ser conservadoras, indo em convergência dos interesses dos membros da classe ociosa, que possuem mais condições para suprimir as possíveis manifestações de mudança, dada a sua preferência pela manutenção da teoria de vida já aceita (VEBLEN, 1983).

Mais do que isso, a própria desigualdade social constitui um obstáculo a qualquer inovação ou desenvolvimento cultural, visto que a classe ociosa age para tornar o comportamento das classes baixas mais conservador, ao ponto de privar-lhes os meios de sustento, e conseqüentemente sua energia e poder de consumo, incapacitando-as para a adoção dos novos hábitos (VEBLEN, 1983).

Ademais, através do exemplo e do preconceito de classe, consegue manter sua situação privilegiada e seus interesses materiais, assim como implantar as normas de respeitabilidade pecuniária e a prática do consumo conspícuo, formulando um padrão de decência na qual todos deveriam seguir, sob pena de sofrer preconceito (VEBLEN, 1983).

A instituição da classe ociosa, portanto, impossibilita o progresso social e cultural mediante os seguintes instrumentos: i) a inércia da própria classe; ii) o exemplo normativo de respeitabilidade pecuniária; iii) a presença do consumo conspícuo como padrão de decência; iv) o conservantismo; v) o preconceito e a censura à mudança dos hábitos mentais; vi) a distribuição de renda desigual; vii) e, por fim, o retardamento das mutações ambientais, em contraposição à lei de seleção natural, e a conseqüente perpetuação das instituições pecuniárias, arcaicas e ultrapassadas (VEBLEN, 1983).

Visto sob um prisma evolucionário, as noções de “certo” e “errado” expressam uma concordância ou uma discordância em relação ao processo de seleção evolucionário, dividindo a estrutura econômica e social em duas espécies: i) as instituições de aquisição, de exploração, de índole conservadora, pecuniária, predatória e parasitária, e a serviço do interesse econômico invejoso; ii) e as instituições de produção, de utilidade, industriais e a serviço do interesse econômico não invejoso (VEBLEN, 1983).

As instituições da primeira espécie são aquelas desenvolvidas pela classe ociosa dominante, enquanto as últimas são as instituições pertencentes às classes industriais dominadas, que, em geral, não costumam ser reconhecidas como instituições propriamente ditas, já que a legislação e as normas convencionais tendem a se desenvolver em prol da classe ociosa. Na prática, isso pode ser demonstrado através das leis que defendem e regulam a propriedade privada, a execução dos contratos, as operações financeiras, creditícias e bancárias, os direitos adquiridos, as falências, os acordos sindicais, as relações trabalhistas e os impostos, as quais tendem sempre a favorecer as classes abastadas em detrimento das classes mais baixas, visando a preservação do esquema social e do processo industrial vigentes, e, conseqüentemente, uma exploração pacífica e ordenada (VEBLEN, 1983).

3.6 HÁBITOS MENTAIS MARCIAL E ESPORTISTA

A manifestação mais imediata do tipo humano arcaico da fase predatória é o hábito marcial, ou seja, a propensão do homem para a luta e a agressão, que, dentro de um contexto de coletividade, também pode ser denominada de patriotismo (VEBLEN, 1983).

Tanto a classe ociosa hereditária quanto a classe inferior dos delinquentes possuem esse hábito belicoso. Em comunidades modernas com avançado desenvolvimento industrial, o hábito marcial acabou entrando em caducidade, dado que o espírito predatório não se firmou entre as classes industriais (VEBLEN, 1983).

Países mais novos, cuja classe ociosa ganhou novos acréscimos, costumam apresentar menor hábito marcial do que os países mais antigos, cuja classe ociosa é formada por linhagens mais antigas, com inclinações mais aristocráticas (VEBLEN, 1983).

O espírito marcial também se expressa através da instituição do duelo, que é um recurso utilizado habitualmente e exclusivamente pela classe ociosa para uma luta como resolução universal para diferenças de opinião, como defesa da boa reputação ou como afirmação de varonilidade. Somente o cavalheiro da classe ociosa superior e o delinquente da

classe ociosa espúria, recorrem a esse instrumento, sendo que o homem comum apenas tem luta por causa de alguma irritação momentânea ou exaltação alcoólica, utilizando formas mais simples do instinto de autoafirmação (VEBLEN, 1983).

Os indivíduos que, em sua evolução espiritual, chegam ao estado adulto, passam, através de uma fase arcaica temporária, ao nível espiritual permanente. O delinquente e o cavalheiro, por sua vez, tiveram seu desenvolvimento espiritual interrompido, ou seja, ainda não se tornaram adultos efetivamente, guardando traços imaturos e predatórios, bem como uma inclinação para a ferocidade emulativa típica dos adolescentes (VEBLEN, 1983).

A propensão para a emulação predatória ou instinto de esportividade é derivado do instinto primordial de artesanato, porém mais instável que este último. As atividades esportivas, tais como o pugilismo, as touradas, o atletismo, a caça, a pesca, o iatismo e os jogos de habilidade, que exigem do indivíduo a competitividade, a astúcia e a agressão, têm esse mesmo caráter de ferocidade emulativa, cujo objetivo é obter reputação de proeza. Os indivíduos que possuem essa tendência para a esportividade têm também um temperamento juvenil de quem obteve um desenvolvimento moral interrompido, e por isso é perceptível a presença do “faz de conta” e da natureza histriônica em todas essas atividades esportivas (VEBLEN, 1983).

Por ser uma atividade honrosa herdada da cultura predatória, os esportes, a caça e a pesca restaram como únicas formas habituais e tradicionais de recreação ao ar livre a receberem total aprovação honorífica, devido à satisfação de dois requisitos: pela noção de futilidade no dispêndio conspícuo que transmite e pela noção de propósito fornecida pelo instinto de artesanato (VEBLEN, 1983).

As competições esportivas modernas constituem um processo de autoafirmação fundamentado naquelas características da natureza predatória do homem. O futebol é um exemplo de jogo esportivo que requer contínuo treinamento, diligente apuração e disciplina como forma de intensificar as habilidades e aptidões que podem entrar em obsolescência através da domesticação. O adestramento necessário a esse tipo de esporte, portanto, não apenas melhora o caráter moral, a autoconfiança, o espírito varonil, o físico do competidor e a solidariedade de clã, mas principalmente recupera e exacerba os traços do caráter bárbaro, violento e de esperteza, que servem a autoconservação e à integridade da vida do indivíduo em um âmbito predatório (VEBLEN, 1983).

Contudo, embora sejam estes elementos essenciais para a vida do homem competitivo, não possuem utilidade à comunidade, exceto em relação ao relacionamento hostil perante outras comunidades (VEBLEN, 1983).

Apesar de haver um sentimento popular defensor aos esportes, há também uma necessidade de legitimar tal sentimento, mediante a demonstração de que, embora estes exprimirem um temperamento predatório, invejoso, socialmente desintegrante e inútil às atividades industriais, a sociedade costuma insistir na ideia de que os esportes permitem um hábito mental útil ao trabalho industrial e não emulativo (VEBLEN, 1983).

Nos países ocidentais modernos, os jogos atléticos estão presentes inclusive nas comunidades industriais, mas nestas últimas, servem somente como uma mera recreação eventual, não chegando ao ponto de cultivar o hábito esportivo como elemento dominante na formação dos hábitos mentais destas comunidades. Todavia, quando membros da classe industrial passam a acumular riqueza, a isentar-se do trabalho, e, conseqüentemente, a compor a classe ociosa, costumam se dedicar mais aos esportes e a intensificar seu espírito de esportividade (VEBLEN, 1983).

Os hábitos mentais populares dominados pelo caráter predatório afetam largamente o padrão de vida econômica coletiva, assim como o seu grau de ajustamento ao ambiente. As duas formas de expressão que a proeza toma na vida do homem bárbaro, a força e a fraude, estão presentes nas guerras modernas, nas ocupações pecuniárias, nos esportes e nos jogos. Ambas aptidões são constantemente preservadas e impulsionadas pelo espírito esportivo, dado que a estratégia e a astúcia tendem a evoluir para a esperteza, a chicana, a falsidade e a intimidação (VEBLEN, 1983).

Os recursos bárbaros da fraude e da truculência denotam o predomínio de um hábito mental mesquinamente egoísta, dada a prática de desconsideração pelos interesses alheios, sob o pretexto da conformidade com a lei ou o costume. Ambas características possuem um elevado valor estético e são motivadas pela cultura pecuniária, mas nenhuma delas contém alguma utilidade para a finalidade da vida coletiva (VEBLEN, 1983).

3.7 HÁBITO MENTAL DE CRENÇA NA SORTE

O hábito mental de crença na sorte é um traço subsidiário do estágio cultural bárbaro, que decorre dos instintos predatório, emulativo e de artesanato, e se manifesta no âmbito da predisposição para o hábito esportivo, para o jogo e para as apostas. Esse senso de

probabilidade e sorte, que abrange qualquer jogo de azar ou habilidade, compreende duas fases distintas de um mesmo hábito mental fundamental (VEBLEN, 1983).

Na primeira fase, mais arcaica, se introduz a partir da crença animística, instintiva e teleológica de relações, objetos ou situações, a qual se costuma atribuir uma causa pessoal a fenômenos incompreensíveis, confusos ou imprevistos. Nessa etapa, o indivíduo se apega psicologicamente em talismãs, amuletos, mascotes, ou outros símbolos, que para este, através de uma mão invisível de índole espiritual ou sobrenatural, auxiliam positivamente no resultado do jogo (VEBLEN, 1983).

Na segunda fase, mais tardia e mais altamente integrada, ocorre por intermédio da explicação dos fatos e fenômenos incompreensíveis baseado em uma personificação antropomórfica (VEBLEN, 1983).

Por ser um traço arcaico, sob o qual o apostador especula sobre o resultado das competições de força ou habilidade, através do desejo deste em aumentar sua torcida, seu lucro ou seu prestígio em relação à perda pecuniária humilhante do apostador perdedor (VEBLEN, 1983).

Sendo este, portanto, um hábito ignorante, egoísta e de comparação invejosa, tem um valor econômico direto e contribui para a utilidade do agente industrial e para o conseqüente impedimento da eficiência econômica em uma etapa cultural moderna, na medida em que vai no sentido inverso ao processo industrial, que é um processo de causação quantitativa (VEBLEN, 1983).

3.8 HÁBITO MENTAL DE DEVOÇÃO RELIGIOSA

O hábito mental de devoção atinge o seu maior desenvolvimento em uma cultura relativamente arcaica, de cultura quase-pacífica, por expressar um hábito arcaico de *status* pessoal, típico do modo de vida predatório. Essa relação de domínio e subserviência se adéqua ao regime de *status*, mas não ao industrial da atualidade, ou seja, esse hábito se conserva mais nas classes onde a vida cotidiana é mais conservadora e mais distante das atividades industriais. Em contrapartida, naquelas classes em que há maior contato com os modernos processos industriais e cujos hábitos de pensamento estão sujeitos a uma força obrigatória de necessidades tecnológicas, o hábito mental de devoção está em obsolescência (VEBLEN, 1983).

Concomitantemente, este hábito ganha mais força nas classes das modernas comunidades cuja acumulação de riqueza e a ociosidade crescem em maior grau. Nesta, a instituição de uma classe ociosa atua para preservar, ou até mesmo recuperar o tipo humano de natureza arcaica que a sociedade industrial procurou extinguir, através da evolução cultural (VEBLEN, 1983).

O consumo devoto se relaciona ao consumo vicário, dado que se baseia no princípio da respeitabilidade pecuniária do consumo conspícuo. O traje sacerdotal, os santuários e os acessórios sagrados costumam ser elaborados e ornamentados de forma a transmitir a ideia de abundância, grandeza e alto dispêndio. No entanto, sua estrutura não deve oferecer, pelo menos aparentemente, conforto físico aos seus devotos, que são seus consumidores vicários. Os rituais tendem a ser repetitivos e rápidos, não devendo indicar destreza. O ideal divino, que é comumente aceito pela sociedade, é calcado pelo senso de beleza e de dignidade da população, ou seja, tanto a divindade cultuada como os sacerdotes que realizam o culto são idealizados como seres habitualmente ociosos, cujo tempo e esforço devem ser gastos em ocupações não industriais, dado que qualquer traço industrial denota pecado. A postura do sacerdote, além de ociosa, costuma ser distante, superficial e sem conotação sexual (VEBLEN, 1983).

Após a apresentação das diferentes correntes institucionalistas e de uma análise mais aprofundada dos conceitos de Veblen acerca da cultura, das instituições e dos hábitos mentais, o próximo capítulo se propõe a discutir as raízes da identidade cultural brasileira e seus desdobramentos na realidade atual.

4 CULTURA BRASILEIRA: HÁBITOS E INSTITUIÇÕES

O Brasil é um país com enorme diversidade cultural, fruto da miscigenação e imigração de diferentes povos, como africanos, europeus e indígenas. Embora tenha determinadas características comuns, cada estado tem suas peculiaridades, devido às suas extensões continentais e às diversas imigrações em cada região. Diante disso, para efeitos de apresentação, tentar-se-á, no próximo tópico, expor a cultura brasileira de modo genérico, de acordo com suas diversas interpretações, realizadas por autores como Roberto DaMatta, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro e Darcy Ribeiro, dentre outros, para que se possa entender os valores culturais nos quais os brasileiros baseiam seus hábitos e instituições que se formaram ao longo do processo colonial.

4.1 AS ORIGENS COLONIAIS

A identidade cultural do povo brasileiro se formou, em grande parte, pela personalidade de seu povo invasor: o português. Dado que este reúne dentro de sua personalidade hábitos, aspirações, interesses, índoles, vícios, virtudes e origens étnicas diferenciadas, torna-se difícil e impreciso lhe definir um tipo cultural determinado. Essa imprecisão possibilita distingui-lo até mesmo do espanhol, de perfil mais gótico e europeu, devido aos seus antagonismos culturais, bem como à flexibilidade, à indecisão, à incoerência, ao equilíbrio ou a desarmonia decorrente dessas contrariedades (FREYRE, 2006).

A Península Ibérica, por ser um território ponte pelo qual a Europa se comunicava com os outros continentes, era uma espécie de zona fronteira (HOLLANDA, 2014), sendo, por esse motivo, um povo indefinido entre as culturas europeia e africana. Essa indecisão étnica e cultural explicaria a predisposição do povo português para a miscigenação e pela estrutura escravocrata em suas colônias tropicais (FREYRE, 2006).

Ambas as culturas, a europeia, católica e fatalista, e a africana, maometana, mística e dinâmica, esta última com técnicas e cultura intelectual e artística superior a primeira, influenciaram o português, em sua vida cotidiana, sua moralidade, sua economia e sua arte, acarretando em um sistema com virtudes que podem se alternar, se equilibrar ou se hostilizar. Apesar dessa origem étnico-cultural singular, destacam-se as principais condições que favoreceram o português na conquista de terras e no domínio dos povos tropicais: i) sua

origem semita; ii) sua capacidade de miscigenação; iii) e por fim, sua aclimatabilidade (FREYRE, 2006).

A origem semita, de povo com alta capacidade de mobilidade, plasticidade e adaptabilidade tanto social quanto física, teria fornecido ao colonizador português do Brasil suas principais qualidades físicas e psíquicas de resistência, explicando seus sucessos como navegador, aventureiro, desbravador e cosmopolita do século XV (FREYRE, 2006).

Além disso, a escassez de habitantes impulsionou o domínio de enormes territórios, na América e na África, estimulando a procriação onde quer que estivessem presentes (HOLLANDA, 2014), em uma atividade tanto violenta quanto proposital e motivada por razões econômicas e políticas pelo Estado português, visto que a miscigenação resultante desse processo compensava as deficiências de volume humano necessário à colonização de áreas extensas (FREYRE, 2006).

Essa tendência à plasticidade também derivou da ausência de orgulho ou de preocupação com a pureza de raça do português, que desde antes de 1500, já era um povo miscigenado (HOLLANDA, 2014), que apenas se importava com fatores religiosos, e não de cor (FREYRE, 2006).

Outro fator que colaborou para o êxito em suas conquistas foi a habilidade climática desse povo, dado que as condições físicas de solo e de temperatura de Portugal eram mais semelhantes às africanas que às europeias, fazendo com que o deslocamento às regiões tropicais não perturbasse sua adaptação, como o experimentaram os colonizadores de países de clima mais frio (FREYRE, 2006).

Ao contrário, porém, das colônias da zona temperada, as quais consistiam em colônias de povoamento, escoadouro para excessos demográficos da Europa que visavam reconstituir uma sociedade à semelhança de sua terra original europeia, as colônias tropicais, dentre as quais se inclui a brasileira, seguiram um rumo diferente, formando um tipo de sociedade original com caráter essencialmente exploratório e mercantil, com o propósito de utilizar os recursos naturais para a produção de bens de grande valor comercial (PRADO JUNIOR, 2008). Conforme destaca Prado Junior (2008, p. 30):

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.

Em período anterior à colonização portuguesa no Brasil, não havia outro tipo de domínio europeu nas regiões tropicais que não fosse o da exploração comercial através de feitorias ou da extração mineral, sendo o português pioneiro ao deslocar a base da colonização extrativista para a de criação local de riqueza, ainda que às custas do trabalho escravo, como colônia de plantação (FREYRE, 2006).

Ademais, a colonização brasileira foi mais do que apenas uma “empresa de colonos brancos”, dado que se construiu aqui uma sociedade com características nacionais e qualidades permanentes (PRADO JUNIOR, 2008), com uma cultura que se diferencia da portuguesa, na medida em que a esta foram acrescentadas as qualidades oriundas das matrizes indígenas e africanas, principalmente devido à proporção de cada uma, às conjunturas ambientais que cada uma teve de enfrentar no país, e ao caráter dos objetivos produtivos que as recrutou (RIBEIRO, 1995). Além disto, “[...] a abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção” (HOLLANDA, 2014, p. 55). Assim, adquiriu-se uma organização social e uma estrutura política própria singular e diversa da que se formulou nas colônias espanholas (FREYRE, 2006).

A existência de ordens eclesiásticas com formato militar em Portugal, que através das Cruzadas, conquistaram amplas extensões de terra, tornaram os portugueses os maiores latifundiários da Europa. Tal estrutura agrária hierárquica, aplicada anteriormente ao alto clero lusitano, foi empregada e adaptada ao senhor de engenho no Brasil, durante o período colonial, persistindo até os dias atuais (FREYRE, 2006). A utilização da força de trabalho escravo também derivava de uma prática já exercida com experiência pelos portugueses, desde a vitória cristã, na qual os conquistadores submetiam os mouros à condição de conquistados (PRADO JÚNIOR, 2008).

A primeira atividade exploratória do colonizador nas terras brasis foi o extrativismo da madeira de pau-brasil para exportação à Europa, para cujo transporte era utilizada a mão de obra indígena por meio do escambo de bugigangas baratas que os persuadiam facilmente. Pela sua característica itinerante, essa atividade não foi suficiente para fixar um povoamento estável no território, e pelo esgotamento das matas costeiras, perdeu-se o interesse no negócio em poucas décadas (PRADO JÚNIOR, 2012).

Somente após a terceira década do século XVI, sob ameaça francesa, a Coroa Portuguesa considerou ocupar os territórios brasileiros de fato, através do povoamento e da colonização (PRADO JÚNIOR, 2012). De acordo com Furtado (1963, p. 09), “[...] tornava-se

cada dia mais claro que se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente”.

Devido ao pouco interesse, ofereceu-se aos pretendentes a divisão da costa em capitânicas, com favores especiais em seu benefício, tais como isenções tributárias, garantias contra a penhora dos instrumentos de produção, assim como poderes soberanos, honrarias e títulos honoríficos (FURTADO, 1963; PRADO JÚNIOR, 2012). Dos doze indivíduos dispostos, nenhum fazia parte da nobreza nem do grande comércio em Portugal, e apenas dois obtiveram sucesso no arriscado empreendimento. Assim, a produção de cana-de-açúcar se tornou a base econômica da colonização brasileira, cuja plantação, colheita e transporte somente eram rentáveis se efetuados em grandes volumes e em extensas propriedades fundiárias (PRADO JÚNIOR, 2012). Segundo acrescenta Furtado (1963, p. 11): “De simples empresa espoliativa e extrativa [...], a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu”.

As primeiras tentativas de utilizar o braço escravo indígena nos engenhos de cana-de-açúcar foram frustradas, visto que, apesar destes serem úteis no extrativismo, na caça, na pesca, na pecuária e em alguns trabalhos mecânicos, não se adaptavam ao trabalho metódico e assíduo requerido aos canaviais, sendo inacessíveis a ordens, regularidade forçada, vigilâncias, bem como a atividades que exigissem resistência e exatidão. Diante da inviabilidade exposta, acabou-se optando, como solução para o problema de mão de obra, pelo emprego de escravos africanos (FURTADO, 1963; HOLLANDA, 2014), cujo tráfico os portugueses já operavam desde a metade do século XV (PRADO JÚNIOR, 2012) e cuja força de trabalho tornou o sistema produtivo mais eficiente e melhor capitalizado (FURTADO, 1963).

Contrariamente ao que ocorria no feudalismo, onde havia uma economia isolada e autossuficiente, a economia escravista era totalmente especializada e direcionada ao mercado externo. Embora qualquer retração na demanda externa conduzisse a certas depressões de curto prazo, estas não chegavam a caracterizar uma crise econômica, dado que seu caráter extensivo de mão de obra e terra a tornava capaz de resistir e preservar sua estrutura original, sem significativas mudanças nos custos de produção ou na produtividade. Além disso, o fato de sua oferta ser inelástica não permitia uso alternativo dos fatores de produção em outras atividades (FURTADO, 1963).

No século XVII, porém, quando foi unificada à Espanha após a Guerra de Sucessão, Portugal perdeu o melhor de seus entrepostos orientais, ao mesmo tempo em que testemunhava boa parte das terras brasileiras serem ocupadas pelos holandeses. Ademais, apesar de ter recuperado sua independência, a Espanha não a reconheceu por mais de um quarto de século. Por esse motivo, em 1703, se viu obrigada a submeter sua soberania à grande potência britânica, a qual, através de um acordo comercial cujas cláusulas incluíam diversas vantagens, tais como “jurisdição extraterritorial, liberdade de comércio com as colônias, controle sobre as tarifas que as mercadorias importadas da Inglaterra deveriam pagar” (FURTADO, 1963, p. 41). Essa aliança comercial significou, nos séculos seguintes, uma grande influência da Inglaterra sobre as decisões políticas e econômicas do governo português, principalmente em relação à colônia americana (FURTADO, 1963).

A partir da estagnação do ciclo açucareiro, coube ao ouro o papel de novo protagonista da economia colonial. Diferentemente do sistema canavieiro, a mineração aurífera possibilitou uma forte expansão e alteração na estrutura demográfica, dado que a população escrava passou a ser minoria e a europeia, maioria. Contrariamente ao que ocorreu na produção de açúcar, a economia mineira dinamizou e integrou o desenvolvimento em todas as outras atividades produtivas, principalmente a pecuária gaúcha, além de tornar a imigração europeia ao Brasil mais atrativa, por possibilitar o ingresso e a ascensão social de homens livres com recursos limitados. Devido à situação de dependência com a Inglaterra, contudo, a Coroa Portuguesa não se beneficiou dos lucros auríferos. No final do século XVIII, o ciclo do ouro entra em decadência, principalmente devido à necessidade britânica de abandonar os princípios protecionistas, originárias de seu processo de Revolução Industrial (FURTADO, 1963).

A permanência dos velhos hábitos de pensamento coloniais foi ameaçada pela primeira vez somente em 1808, com a migração forçada para a fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil, decorrente de seu envolvimento na guerra napoleônica (HOLLANDA, 2014), sob proteção britânica (FURTADO, 1963), sendo este visto como um marco no processo de concepção do Estado Nacional Brasileiro (CARVALHO, 2011).

Enquanto no período colonial a Coroa Portuguesa deixava as elites regionais isoladas, tratando os assuntos locais diretamente com cada segmento, a transferência do Império Português para o Brasil passou a aproximar essas elites locais a partir de um governo central, contribuindo para a formação de uma identidade única comum. A centralização nacional somente se deu efetivamente, contudo, em relação à construção formal de uma estrutura

hierarquizada do poder estatal, dado o comprometimento do Império na preservação da estrutura escravista e aristocrática, que conservava o poder político e econômico e os privilégios dessas elites agrárias em seus respectivos domínios locais (CARVALHO, 2011). As mencionadas elites locais eram comandadas pela figura do coronel, indivíduo que recebia o posto de líder político e econômico local e que continha riqueza suficiente para sustentar e ostentar um estilo de vida à altura de sua posição influente na sociedade (FAORO, 2008).

Ao mesmo tempo, embora o deslocamento da Família Real Portuguesa tenha conduzido a um avanço institucional e a uma ampliação das práticas e experiências administrativas, devido à transferência de órgãos e à recriação das estruturas administrativas portuguesas no Brasil, além da instituição de novos cargos, funções e atividades administrativas, o *modus operandi* da estrutura colonial não sofreu nenhuma alteração (CARVALHO, 2011). Exemplo disso era a dificuldade em separar o público do privado, bem como a criação de cargos e honrarias aos membros da corte portuguesa, como forma de indenizá-los por acompanhar a Família Real ao Brasil (PRADO JUNIOR, 2008).

Conforme Faoro (2008), é importante ressaltar o formalismo institucional brasileiro, herdado do colonizador português, que se caracteriza pelo apego acentuado às leis, que apesar de serem escritas de forma bem elaborada e elegante, falham por expressar regras distintas daqueles costumes convencionados pela sociedade e de suas reais necessidades.

O distanciamento entre a lei e a rotina administrativa, decorrente do mencionado formalismo, não ocorreu apenas no período colonial, mas se manteve durante o Império. Um indício disso é a elaboração da Constituição de 1824, que, sendo uma imitação do liberalismo europeu, não condizia com a realidade social brasileira da época. Assim, apesar de declarar que todos teriam direito à admissão no serviço público, na prática, nomeava-se apenas aqueles que possuíam compadrios e bons relacionamentos. Ainda, mesmo prevendo o direito à educação primária a todos, na prática, somente um seleto grupo de proprietários estudava, dentro de uma sociedade escravista e institucionalmente diferenciada, que, embora liberal, recusava inclusive o direito ao voto aos assalariados, aos religiosos, aos estrangeiros não naturalizados e aos criminosos (COSTA, 2008).

A partir da Independência, em 1822, a relação de tutela e submissão com a Inglaterra apenas foi transferida de Portugal para o Brasil independente, vigorando os mesmos privilégios e favores políticos com a referida potência. Através da assinatura do Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, em 1827, o Brasil reconhecia a supremacia e os benefícios da potência inglesa, renunciando a sua própria soberania econômica. Não obstante, a partir do

ciclo cafeeiro, começa-se a fortalecer as relações com os Estados Unidos, que passam a constituir o principal mercado importador do Brasil, favorecendo o sentimento de independência econômica em relação à Inglaterra (FURTADO, 1963). “Eliminado o obstáculo do tratado de 1827, estava aberto o caminho para a elevação da tarifa e o consequente aumento do poder financeiro do governo central, cuja autoridade se consolida definitivamente nessa etapa” (FURTADO, 1963, p. 47).

Ademais, após a Independência do Brasil, embora se tenha obtido autonomia administrativa, liberdade de comércio e a extinção do estatuto colonial em relação a Portugal e após, com a Inglaterra, manteve-se da mesma forma a gestão da máquina administrativa pública herdada do período joanino, inclusive os hábitos clientelistas e de cooptação (CARVALHO, 2011). Pelo contrário: conforme afirma Carvalho (2011, p. 29): “[...] a substituição dos representantes da Coroa pelos do governo imperial reforçou o poder das oligarquias, que passaram a controlar os cargos burocráticos e a ter assento no Parlamento e no Conselho de Estado”.

É também interessante constatar a observação de Hollanda (2014), de que a maioria dos movimentos supostamente reformadores, tais como a própria Independência, e as conquistas liberais realizadas ao longo de toda evolução política brasileira foram quase sempre iniciativas tomadas pela elite, de inspiração intelectual e emotiva. Para serem veneráveis, as instituições deveriam ser sustentadas por princípios legitimados pelas convicções e costumes tradicionais. O resto da população recebeu essas ações com desinteresse e repercussão limitada e, muitas vezes, até com antipatia e agressividade, dado que não possuíam o entusiasmo nem a maturidade espiritual para a definição de tais concepções. Atingidos inesperadamente pelas condições exigidas com o novo estado de coisas, especialmente após a Proclamação da Independência e as crises da Regência, muitos não se sujeitaram em seguida com as transformações impostas. Desde então, começou a manifestar-se um distanciamento entre a camada social consciente e a camada popular, que se revelou depois, nos livros, na imprensa e nos discursos.

Ao longo de todo o período colonial, independentemente de o foco econômico da estrutura agrária ter variado, a estrutura econômica e o modo de exploração do trabalho nunca se alteraram, nem nas etapas de expansão, nem nas de decadência, conforme concordam Furtado (1963) e Freyre (2006), mantendo-se o braço escravo como instrumento principal. A ausência de tensões internas, decorrente dessa inalterabilidade, será a principal responsável pelo processo atrasado de industrialização no Brasil.

Na década de trinta, a política liberal inglesa, que era aplicada de forma unilateral, impunha a extinção do tráfico de escravos, obstaculizando a economia brasileira durante o período em que a classe agrícola governava o país. É nesse âmbito que o café adquire relevância comercial como produto de exportação, devido à alta de preços de seu principal produtor mundial, o Haiti. Sua produção se desenvolveu sobretudo na região Sudeste, na qual havia abundância de mão de obra escrava remanescente do ciclo mineiro e facilidade no escoamento da produção devido à proximidade ao porto (FURTADO, 1963).

A fase primária do ciclo cafeeiro se destacou pelo surgimento de uma nova classe dirigente, formada por empresários da região sudeste, que já haviam acumulado capitais por meio da experiência com o comércio e com o transporte de café, mas que passaram a interessar-se pela produção deste. Ao contrário da classe anterior dos senhores de engenho, que se mantinham isolados no ambiente rural e na ociosidade, a nova classe empresária participava integradamente de todas as etapas produtivas, tais como: “[...] aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica” (FURTADO, 1963, p. 146). Aproveitando-se da proximidade da capital do país, esses empresários sabiam da importância da subordinação do governo como instrumento político de iniciativa econômica na obtenção de seus interesses e objetivos (FURTADO, 1963).

A primeira etapa da empresa cafeeira, portanto, ocorreu através do reaproveitamento dos fatores produtivos do ciclo anterior. No entanto, devido à eliminação da importação de mão de obra africana imposta pela potência britânica, viu-se como solução, em 1870, o estímulo do governo imperial à imigração de grandes contingentes europeus (FURTADO, 1963).

Do mesmo modo que a Independência do Brasil significou um período de transformação política, a expansão da produção cafeeira, na segunda metade do século XIX, representou uma transição econômica, na medida em que, a partir de suas crises e tensões internas, ao gerar uma nova estrutura econômica autônoma, com capacidade própria para impulsionar seu crescimento, encerra o período colonial na economia brasileira (FURTADO, 1963). A formação de alguns centros urbanos cosmopolitas no país e a descentralização do poder a partir da autonomia estadual, decorrentes da expansão da economia cafeeira e da Proclamação da República, não chegaram a representar uma ameaça à hegemonia da aristocracia rural. Porém, abriu novos horizontes e propôs novas ânsias que tenderiam, com o

tempo, a desorganizar alguns dos antigos privilégios e ócios da vida agrária (HOLLANDA, 2014).

Ribeiro (1995) afirma que a população brasileira tem um caráter duplo, sendo, simultaneamente, um povo novo e velho. É uma cultura nova não apenas pelo fato de ter se formado como uma etnia nacional fortemente mestiçada e que foi capaz de se diferenciar culturalmente de seus povos ancestrais; por ser um tipo humano diverso dos outros, com um novo modelo de estrutura social e de organização socioeconômica, o qual foi fundamentado em um modo de escravidão diverso e por uma constante servidão ao mercado internacional; mas também pela alegria que comove a todos, não obstante o seu diário sacrifício. Por outro lado, seu arcaísmo reside no fato de ter emergido como um “implante ultramarino da expansão europeia que não existe para si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens para o mercado mundial, através do desgaste da população que recruta no país ou importa” (RIBEIRO, 1995, p. 20).

De acordo com o mesmo autor, a cultura brasileira se formou a partir do emprego de três forças que a diversificaram e a dinamizaram: i) a força ecológica, a qual ofereceu condições ambientais distintas em torno do território do país, demandando diferentes adaptações regionais; ii) a força econômica, que criou modos produtivos distintos, levou às especializações funcionais e aos respectivos padrões de vida; iii) e a imigração, que estabeleceu e acomodou no país novos contingentes humanos, especialmente aqueles povos europeus, japoneses e árabes. Em vez, porém, de a cultura brasileira absorvê-los e abasileirá-los, ao contrário, os novos povos estrangeiraram os brasileiros, gerando disparidades culturais nas regiões de concentração de cada contingente.

De modo geral, a construção do Brasil foi um processo de choques, amortecimentos e equilíbrios de antagonismos culturais e econômicos (FREYRE, 2006). Nos próximos tópicos, este trabalho buscará identificar e analisar estes antagonismos, visando compreender os elementos que formaram sua identidade cultural e social.

4.2 CAPITALISMO POLITICAMENTE ORIENTADO

Weber (2013) sinaliza que para que haja a transição de uma economia pré-capitalista rumo ao sistema capitalista e racional, é preciso que se estabeleça: i) um mercado regular e competitivo; ii) uma contabilidade racional; iii) e, por fim, a separação entre a esfera pública e a privada, decorrente de uma ética única entre a ordem política e a ordem econômica. Para

que esses três fatores ocorram, julga-se necessária uma adaptação da economia a um sistema legal e administrativo mensurável em termos de regras formais, caso contrário, acarretaria na existência de um capitalismo aventureiro ou orientado politicamente. Em consonância com este autor, Faoro (2008) afirma que apenas através dessa transição entre a ordem doméstica e familiar, pode nascer o Estado burguês de direito e assim, o indivíduo, de súdito, se tornar cidadão, por meio das leis. Hollanda (2014) complementa que através dessa transformação prevaleceria a especialização das funções, assim como um esforço para assegurar as garantias jurídicas aos cidadãos e uma ordenação impessoal.

Entre ambos os tipos traçados por Weber (2013), o capitalismo político é o arcaico e atrasado, enquanto que o Estado burocrático de direito legitima o liberalismo capitalista, já que por meio das leis, como expressão da vontade geral institucionalizada, restringe tanto os indivíduos como o próprio Estado, na medida em que legitima e controla as relações entre ambos (FAORO, 2008).

Fernandes (1987) afirma que, nas ditas sociedades nacionais dependentes de origem colonial, o capitalismo costuma ser introduzido antes da composição de uma ordem social competitiva. Foi o caso do Brasil, no qual uma única estrutura político-social derivou desse desequilíbrio, resistindo a todas essas transformações e desafios. Ao longo de toda a colonização, ao invés do indivíduo ou do Estado, é o ambiente familiar que figura como o elemento central desta. Conforme destaca Freyre (2006, p. 81):

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar.

Segundo Hollanda (2014), a abolição da antiga ordem familiar por outra, em que as instituições e as relações sociais, fundadas em um novo mecanismo social e urbanizado, em princípios abstratos, impessoalidade e concorrência entre os cidadãos, tendem a substituir-se aos do tipo patriarcal, baseados na família, acarretaria em uma crise de adaptação, ou seja, um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem até hoje. À vista disso, projetou-se no Brasil uma nova forma de poder, institucionalizada em um tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade baseia-se no tradicionalismo e no conservadorismo.

Dessa forma, Fernandes (1987) explica que, nessa transição entre o sistema colonial e o sistema capitalista, os vínculos histórico-sociais e as políticas da conduta econômica do

agente dominante, personificado pelo senhor, corroboram que este não apreendeu imediatamente a ideia de racionalidade atribuída por Weber (2013) como a essência do espírito capitalista. Através da experiência, o patronato rural percebeu que o seu poder não advinha das livres forças do mercado, mas da preservação de sua localização na hierarquia de poder, que o permitia controlar a estrutura econômica e social. Além disso, segundo Hollanda (2014), não era um processo fácil aos detentores das posições públicas, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção entre os domínios privado e público.

De acordo com Faoro (2008, p. 819):

O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político, ou pré-capitalismo -, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo – liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente.

No Estado burocrático brasileiro, que se formou a partir de um capitalismo politicamente orientado, herdado pela monarquia lusitana e mantida tanto no Império como na República, conforme atesta Faoro (2008), o ambiente político antecipa e domina o sistema econômico, que é moldado com base no sistema estamental. Vieira, Costa e Barbosa (1982, p. 07) condizem com a afirmação de Faoro, ao alegarem que o âmbito político se desenvolveu, no Brasil, antes do sistema econômico: "[...] tivemos Estado antes de ter povo, tivemos Fazenda Pública antes de receita ou fato gerador, tivemos Judiciário antes de demandas e contendas próprias de sua esfera".

A partir desse contexto ambiental, com formas locais de autogoverno, a sociedade brasileira jamais pôde desenvolver instituições totalmente democráticas. No meio rural, a mudança para o regime republicano não chegou a afetar o senhorio fazendeiro (RIBEIRO, 1995). A prática do coronelismo, que se formou durante o Império, passa a ampliar seu campo de atuação ainda mais na República, devido à maior autonomia do setor agrário em relação ao patrimonialismo central vigente no Império. Assim, o coronel deixa de ser apenas o dono da terra, que comandava somente os seus agregados, empregados e dependentes locais, como na era colonial, passando a adquirir maior importância na função burocrática, econômica e política, e maior influência estadual e regional, inclusive nos meios urbanos, através da atividade partidária dos municípios brasileiros. Mantendo-se como um prolongamento do poder privado e do patrimônio pessoal na esfera pública do governo, o coronel vem a

constituir a primeira instância do poder e da autoridade na estrutura hierárquica da política e da sociedade brasileira, dado o seu papel político e poder hegemônico local, no qual exercia as práticas de corrupção, suborno e influência coativa na organização das eleições, o seu próprio provimento ao ocupar cargos públicos, além de sua delegação de repressão policial (FAORO, 2008; RIBEIRO, 1995). “Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES, 1987, p. 292).

Para Faoro (2008, p. 127), o Brasil teria sido, desde o seu descobrimento, “[...] um negócio do rei, integrado na estrutura patrimonial, gerida pela realeza, versada nas armas e cobiçosamente atenta ao comércio”. A maioria dos obstáculos à racionalização nos serviços públicos atuais podem ser atribuídas a essa mesma herança mental. Conforme confirma Hollanda (2014, p. 103):

Num país que, durante a maior parte de sua existência, foi terra de senhores e escravos, sem comércio que não andasse em mãos de adventícios ambiciosos de riquezas e de enobrecimento, seria impossível encontrar uma classe média numerosa e apta a semelhantes serviços.

Desde o Império, a gestão burocrática se caracterizava pela presença do patrimonialismo e pela ausência do critério da competência, dado que dependia de um revezamento entre os partidos políticos (CARVALHO, 2011), era assumida por um diminuto grupo composto em sua maioria por homens com mais de cinquenta anos de idade, com qualificação superior realizada na Europa e com larga experiência a serviço da Coroa Lusitana (COSTA, 2008). Na última metade do século XVIII, as reformas pombalinas, orientadas para a racionalização dos instrumentos político-administrativos, visando aumentar o controle e a centralização do governo português sobre as fontes de arrecadação, apesar de terem contribuído para a consolidação da soberania do governo central sobre o território e a consequente superação dos poderes locais, também serviram para fortalecer o *status* colonial (CARVALHO, 2011).

Logo, o sistema administrativo brasileiro se formou improvisadamente, a partir de uma combinação entre a ética do clientelismo, do personalismo, do particularismo e do mandonismo conservador, herdada pelas suas raízes patrimonialistas, na qual há a nomeação de servidores despreparados, com uma burocracia qualificada, principalmente nos cargos mais altos da administração pública. Essa tendência se aprofundou a partir de meados do século

XIX, a partir da dinamização econômica impulsionada pela atividade cafeeira, que incentivou a urbanização e a expansão da máquina pública (FERNANDES, 1987; CARVALHO, 2011).

Com a inexistência de uma burguesia urbana suficientemente autônoma, recrutava-se para os cargos públicos indivíduos do mesmo grupo dos antigos senhores agrários, possuidores de hábitos mentais e tendências arcaicas, típicas desta classe. Isso explica o porquê das cidades e da estrutura administrativa brasileira, tanto durante o Império como após a Proclamação da República, serem tão vinculadas aos domínios agrários e ao tradicional sistema senhorial. Uma das consequências dessa improvisação da burguesia pode ser demonstrada em alguns hábitos peculiares, que até então eram apenas do patriciado rural, mas logo começaram a ser praticados por todas as classes, como regra idealizada de comportamento. Presente anteriormente apenas no meio rural, a mentalidade da casa-grande passou a ocupar também os meios urbanos, contaminando todas as profissões, inclusive aquelas mais pobres (HOLLANDA, 2014).

Para Carvalho (2011), o processo de formação do aparato da administração pública teve um caráter dúbio no Brasil, tendo como principais causas a deficiência de instrumentos e o *modus operandi* conservador, características típicas de uma sociedade aristocrática e escravista, que se conservaram na República, colaborando até hoje para um desempenho discricionário, uma resistência à racionalização burocrática e ao princípio da impessoalidade por parte dos servidores públicos. Conforme Hollanda (2014), o funcionalismo patrimonial, derivado dessa estrutura social, possui as seguintes características: i) informalidade das relações, com pouca distinção entre a esfera pública e a privada; ii) a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; iii) as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos; iv) a escolha dos funcionários públicos faz-se de acordo com a confiança pessoal do candidato, e não com as suas capacidades próprias (HOLLANDA, 2014).

No Brasil, porém, apenas raramente se encontra um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicado a interesses objetivos e fundado nesses interesses. Ao contrário, predominam as vontades particulares em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal, os privilégios pessoais, além de uma frouxidão da estrutura social e uma ausência de hierarquia organizada, com a presença da cumplicidade e da indolência displicente das instituições e costumes (HOLLANDA, 2014). Segundo Schwartzman² (1975, p. 18, apud VIEIRA; COSTA; BARBOSA, 1982), verifica-se, no Brasil, uma dicotomia entre

² SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

um Estado patrimonialista e irracional, calcado na centralização e na cooptação, e alguns setores autônomos e autossuficientes, fundamentados em um capitalismo racional e descentralizador.

Fernandes (1987) salienta que a transição completa de uma economia dependente e subdesenvolvida a uma forma capitalista desenvolvida e competitiva se daria apenas por meio da eliminação do elemento oligárquico, mas através de uma ética burguesa que extinguisse o ambiente patrimonialista, retrógrado e paroquialista que se formou durante os quase quatro séculos no Brasil, através de uma estrutura escravocrata e de um capitalismo comercial toscos. À vista disso, se formou um padrão de industrialização composto por "[...] oscilações conjunturais, intermitências estruturais e inconsistências institucionais, ou seja, com fraco impulso intrínseco de diferenciação, aceleração constante e universalização do crescimento industrial" (FERNANDES, 1987, p. 298).

4.3 ÉTICA CATÓLICA *VERSUS* ÉTICA PROTESTANTE

Weber (2013), em sua obra “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, escrita em 1930, afirma que a maior proporção relativa de protestantes na posse do capital, na liderança e nas ocupações de maior nível de qualificação das grandes empresas modernas, pode ser explicada historicamente por um *ethos*, ou seja, uma ética do trabalho, que é culturalmente típica dos povos protestantes. Em sua filosofia, a ambição e a ânsia de aumentar o capital não é apenas o ideal do homem honesto e de boa reputação e confiança, mas também uma obrigação deste, tomado como um fim em si mesmo. Este seria o espírito do capitalismo. Visto como uma regra, seu descumprimento é enxergado tanto como uma estupidez quanto como uma negligência diante de um dever do indivíduo.

Ainda segundo este autor, o agente antagônico desse espírito do capitalismo seria um tipo aventureiro, cuja presença é tipicamente localizada em povos de cultura católica, e que costuma utilizar uma ética tradicionalista em suas opiniões, atitudes e reações a novas situações, em seu modo de vida, nas relações trabalhistas e no trato com os clientes.

Hollanda (2014), tendo em vista a ideia *weberiana* de ética do trabalho, declara que o povo ibérico como um todo, por ser católico, tem um caráter aventureiro. Enquanto o tipo trabalhador valoriza moralmente as atividades que exigem esforço lento, porém persistente, assim como aquelas que levam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal, evita desperdícios e procura aproveitar ao máximo os obstáculos; o tipo aventureiro, como é o caso do colonizador

português, valoriza moralmente apenas o ócio e os esforços com recompensa imediata, tais como aquelas relacionadas à vagabundagem, à audácia, à imprevidência, à irresponsabilidade e à instabilidade.

Ademais, a ociosidade dos índios nativos, citada anteriormente, a qual os deixava menos dispostos à condição de subordinação e de servidão ao colonizador, se deve à sua preferência a trabalhos predatórios em relação aos trabalhos produtivos, o que se ajustava precisamente ao padrão de vida tradicional das classes nobres portuguesas. Isso explica o incentivo do governo português aos casamentos entre brancos e índios, inclusive através de garantias de proteção e de preferência para qualquer emprego de boa reputação aos seus descendentes e da proibição a injúrias raciais contra os mesmos (HOLLANDA, 2014).

Segundo Ribeiro (1995), essa instituição social de casamento misto entre índios e brancos contribuiu para a formação do povo brasileiro. Denominado de *cunhadismo*, tratava-se de um hábito antigo dos índios de introduzir membros estranhos à tribo, no qual se adquiria laços de parentesco através da oferta de mulheres índias como esposas. Como a cada europeu era permitido fazer muitos casamentos, este hábito também funcionava como um modo de recrutamento de mão de obra no extrativismo e na captura de prisioneiros de guerra.

Compreende-se, assim, porque ao povo brasileiro sempre pareceu mais digna uma vida de ociosidade e pouco esforço, de grande senhor, sem qualquer preocupação, de prosperidade sem custos, de títulos honoríficos, posições e riquezas fáceis, além da dificuldade em obedecer e a disposição para mandar. A solidariedade, ainda, existe apenas quando vinculam mais sentimentos do que relações de interesse, no lar ou entre amigos (HOLLANDA, 2014). Em suas próprias palavras, Hollanda ressalta (p. 186, 2014):

No trabalho não buscamos senão a própria satisfação, ele tem o seu fim em nós mesmos e não na obra: um *finis operantis*, não um *finis operis*. As atividades profissionais são, aqui, meros acidentes na vida dos indivíduos, ao oposto do que sucede entre outros povos, onde as próprias palavras que indicam semelhantes atividades podem adquirir acento quase religioso.

Também associada a essa ideia de dignidade do *finis operantis* e ao apego aos valores da personalidade, está o vício no bacharelismo, também herdado dos portugueses, que é a tendência geral para as carreiras liberais, cujo título era sinônimo de prestígio, honra, segurança e estabilidade, sendo uma porta de entrada para altos cargos públicos (HOLLANDA, 2014). Na época do Império, a partir da implantação de um arcabouço político e jurídico, tais como a elaboração da Constituição e de uma série de leis acerca do sistema

administrativo, além da fundação das faculdades de Direito em São Paulo e em Olinda, o funcionalismo público tornou-se ambiente praticamente exclusivo dos bacharéis (CARVALHO, 2011).

No que diz respeito à intelectualidade, o brasileiro sempre deu preferência àquele discurso improvisado, polido, vago e dúbio, que desobrigue qualquer pretensão de trabalho mental sustentado e demasiado trabalhoso ou a clareza das ideias. Para este, o verdadeiro talento tem de ser o espontâneo, de nascença, como a verdadeira nobreza, pois os trabalhos e o estudo minucioso se assemelham às profissões ignóbeis e degradantes, e há um costume de utilizar o conhecimento intelectual como um meio de promoção e de julgamento, ou seja, o indivíduo que o detém se eleva acima dos outros indivíduos pela sua sabedoria. Essa mentalidade enraizada acerca da intelectualidade e da preferência por profissões liberais revela traços de uma função nitidamente conservadora e senhorial (HOLLANDA, 2014).

4.4 ESTRUTURA DE CLASSES HIERÁRQUICA E DESIGUAL

Conforme destaca Ribeiro (1995), do encontro que se dá sob a regência dos invasores portugueses, matrizes raciais heterogêneas, tradições culturais diferentes, formações sociais obsoletas se confrontam e se incorporam, originando um novo povo, baseado em um novo modelo de estruturação societária. Formou-se no Brasil, portanto, uma sociedade com estrutura agrária e exploratória, alicerçada nas seguintes condições: estabilidade patriarcal da família, exploração econômica através da escravidão e composição racial híbrida, através da união dos portugueses com as índias, e após, com as africanas (FREYRE, 2006).

Implícito à uniformidade cultural brasileira, encontra-se um profundo distanciamento social originado pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional criou (RIBEIRO, 1995). Conforme ressalta Freyre (2006), nesse sistema patriarcal e marcado fortemente pela escravidão, as relações entre patrões e empregados até hoje se encontram confusas, visto que o patrão, sendo dono do trabalhador, não é somente seu explorador, como também seu representante exclusivo no ambiente social, político e moral. Ao mesmo tempo, a desigualdade social brasileira se dissimula e se esconde por trás de uma falsa "igualdade" dada pela tendência ao formalismo institucional, transmitida pelos ancestrais lusitanos, que consiste em uma divergência entre as instituições políticas e a evolução social (VIEIRA; COSTA; BARBOSA, 1982).

Para Ribeiro (1995), esse antagonismo classista existente se intensifica constantemente no Brasil, colocando em oposição duas camadas sociais distintas e complementares: a primeira, uma minoria privilegiada e dominante, formada principalmente pela aristocracia agrária, e a segunda, representada pela maioria da população trabalhadora, que é subordinada, oprimida e explorada pela primeira. Por consequência dessa condição antagônica e desigual, as elites dirigentes, que primeiramente eram lusitanas, depois, luso-brasileiras, e por fim, brasileiras, se mantiveram sempre apreensivas, sob o medo do crescimento por parte das camadas subordinadas.

Compatibilizando com Ribeiro, Fernandes (1987), afirma que nessa sociedade estamental, as elites conseguem preservar ou fortalecer seu padrão de desenvolvimento, mantendo a ordem estabelecida, dado que possuem os meios para alterar o rumo normal dos acontecimentos, gerando os germes da desagregação e da destruição da ordem social escravocrata e senhorial, pelas tensões e rupturas da estrutura interna de seu próprio mundo.

Dentre essas tensões sociais, a primeira delas seria fruto do conflito entre os fundamentos materiais e a legitimação formal do *status* senhorial; a segunda se originaria das incoerências do *status* real nas classes intermediárias; enquanto a terceira teria sido criada através da contradição entre as normas ideais e as normas práticas que orientariam as funções sociais, concebida em torno da posição do senhor (FERNANDES, 1987).

Durante o tempo em que a sociedade escravocrata e senhorial diluiu e neutralizou essas tensões, estas não perturbaram o padrão de equilíbrio das classes privilegiadas. Porém, quando este começou a ser afetado, as tensões romperam aquela sociedade a partir de sua própria estrutura e dinamismo, através de formas sociais que negavam e destruíam seus fundamentos reais ou ideais (FERNANDES, 1987). De acordo com Ribeiro (1995, p. 209), sob o comando natural das classes dominantes, que são vistas pelas classes mais baixas como uma minoria sagrada e escolhida por Deus, ao qual tudo é autorizado e propiciado, “essa estrutura de classes engloba e organiza todo o povo, operando como um sistema autoperpetuante da ordem social vigente”.

Assim, a classe privilegiada dividiu seu comportamento em duas personalidades opostas: uma delas é desempenhada pela cordialidade nos relacionamentos, personificada na etiqueta, na gentileza e na generosidade do anfitrião hospitaleiro diante de um visitante, de igual camada social; a outra é exercida pelo menosprezo no tratamento às pessoas socialmente inferiores, tendo como principal exemplo o senhor diante de seu subordinado. Como resultado desse tratamento, as classes inferiores passam a ser mais vistas como castas, dada a rigidez de

sua condição social, pois perdem sua dignidade, ficando expostas a um tratamento desigual e ficam suscetíveis à submissão e à exploração (RIBEIRO, 1995).

Os arquétipos humanos opostos mais característicos da sociedade brasileira foram, de um lado, o coronel fazendeiro, e de outro, o cabra do sertão, o capataz na usina de engenho ou o peão na estância, que hoje em dia são representados na mesma estrutura social na relação entre o gerente e o boia-fria (RIBEIRO, 1995). Esses estereótipos reproduzem os relacionamentos sociais presentes e necessários para a manutenção de um padrão de hábitos e instituições que privilegiam o poder do patronato rural.

Conforme salienta Hollanda (2014), a prática herdada do povo ibérico de exibir brasões, de esbanjar títulos nobiliários e livros de linhagem consiste em um exemplo da tendência à emulação das classes na estrutura social do Brasil, que ainda os utiliza para mensurar certos padrões de prestígio social consensualmente estabelecidos e estereotipados. A suposição de fidalguia é exigida por costumes arcaicos que ainda persistem na aparência. No entanto, os luxos proporcionados pela fortuna e as altas virtudes compensam a herança de sangue, dado que para o colonizador, os valores capitais eram relacionados com o sentimento de dignidade do homem.

Desse modo, Ribeiro (1995) afirma que, apesar da conquista que representou o processo de miscigenação racial e cultural do país, a estratificação social ainda possui nitidamente um caráter racial. Os brasileiros, embora se autodeclarem como uma “democracia racial”, esta é facilmente demonstrada como falsa, dado que a discriminação social no Brasil se exacerba à medida que a cor da pele das pessoas se altera, recaindo sobre os negros, mulatos e índios, e sobretudo aos primeiros. Contudo, apesar da grande resistência africana contra a escravidão, durante os séculos da escravatura, para este autor (1995, p. 220-221):

[...] a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional. Nela se viu incorporado à força. Ajudou a construí-la e, nesse esforço, se desfez, mas, ao fim, só nela sabia viver, em razão de sua total desafricanização.

Diante deste ponto, identifica-se que as atuais classes dominantes brasileiras, descendentes dos antigos senhores de escravos, herdaram a mesma atitude de desprezo diante do negro, julgando-o como mera força de trabalho, tal como o conceituavam durante a escravidão. Desta maneira, por consenso e assimilação, o negro é visto através de uma ótica deformada, a qual o coloca como culpado por seu próprio infortúnio, que é explicado como uma qualidade da raça e não como fruto da opressão histórica que sofreu (RIBEIRO, 1995).

Para DaMatta (2004), diversamente do que ocorreu em países igualitários e liberais, como nos Estados Unidos, cuja classificação racial não aceita intermediários e cujo racismo é muito mais perceptível; no Brasil, há um meio-termo entre negros e brancos, que são os diversos tipos de intermediários. É a existência dos pardos, em uma sociedade marcada pela hierarquia, pela desigualdade social e pelas relações de personalismo e de clientelismo, que revela o desenvolvimento de um “racismo à brasileira” (DaMatta, 2004, p. 26), no qual o preconceito racial é menos claro, definido e identificável, pois pode ser disfarçado ou confundido com o preconceito social, ou seja, uma discriminação contra o indivíduo, e não contra toda uma etnia.

Conforme Almeida (2015), há dois tipos de discriminação no Brasil: uma racial, através da identificação da cor da pele, isto é, entre negros e brancos; e outra referente ao *status* social, ou seja, entre ricos e pobres. Dessa forma, o grande preconceito que está arraigado na cultura brasileira seria um preconceito de marca, visto que os prestígios de posição social são mantidos através do uso das normas de etiqueta e distanciamento, cujas referências e posições na estrutura social são presumidas tanto pela aparência física como pela cor da pele.

Concomitantemente a essas duas discriminações, há, ainda, implicitamente, uma desigualdade de gênero em relação à mulher. Enquanto os homens são consensualmente associados ao trabalho e à independência financeira, as mulheres ainda são fortemente relacionadas ao âmbito doméstico, à cozinha, ao cuidado do marido e dos filhos. Assim, a mulher que segue um caminho diferente deste, rumo à independência, costuma sofrer mais preconceitos e obstáculos, sendo muitas vezes mal vista pela sociedade (DAMATTA, 2004).

4.5 ESFERA PRIVADA *VERSUS* ESFERA PÚBLICA

Dentre os grupos sociais, o da família foi aquele mais valorizado ao longo da história do Brasil. Assim, as relações que se criam na vida caseira sempre forneceram o modelo de qualquer composição social (HOLLANDA, 2014). O próprio catolicismo do colonizador português e seus rituais acabavam implantando relações humanas complexas de afeto e laços de parentesco, dado que através dos batismos e dos casamentos, criava-se uma relação de parentesco com as figuras dos padrinhos, dos afilhados e dos compadres (MOTTA, 1997).

DaMatta (2004) sugere que as relações, no Brasil, são formadas por um sistema dividido em dois espaços sociais básicos: a casa e a rua. A casa é um ambiente privado e

informal, que é habitado pela família, de laços de sangue ou agregados, sendo caracterizado pelo compartilhamento de ideias, interesses, tendências, destinos, tradições, histórias, valores e sentimentos que são respeitados e preservados. Cada lar brasileiro é como uma pessoa moral, ou seja, um grupo com capacidade de reagir conjuntamente caso um de seus membros esteja sofrendo algum problema, de forma a protegê-lo. Tudo o que está dentro da casa é bom, bonito, confiável e decente, e há o reconhecimento pessoal que não ocorre na rua. Sua gerência é atribuída à figura da mulher, como mãe, esposa ou quem exercer essa função. Esta é caracterizada pela supercidadania, onde cada um é dono das próprias regras (DAMATTA, 2004).

A ideia de casa desenvolvida por DaMatta concorda com Hollanda (2014), quando este afirma que o povo brasileiro herdou do português a aversão aos ritualismos sociais. O brasileiro até os admite, mas desde que não suprimam a possibilidade de convívio mais familiar. O hábito de empregar diminutivos para aumentar a familiarização com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo, fazendo-os mais acessíveis aos sentidos, é um exemplo desse apego aos valores familiares. Herdou-se também uma tendência para a omissão do sobrenome no tratamento social, utilizando-se apenas o nome individual, como um meio de abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes umas das outras.

Já a rua representa o mundo exterior ou público, ou seja, o local de trabalho, o Estado, as leis universais e também o local onde ocorrem as surpresas, as tentações e o lazer. É vista como um lugar perigoso, de movimento, de impessoalidade, de competição e de anonimato. Em oposição à casa, esta é caracterizada pela subcidadania, onde os indivíduos são sujeitos às leis do Estado, devendo obedecê-las (DAMATTA, 2004). Por ser a rua um espaço público, tudo o que a representa é visto como algo negativo, por denotar autoritarismo, imposição, algo sujo, falho, fundado no descaso e na linguagem da lei que visa subordinar e explorar (DAMATTA, 1997a).

Enquanto os povos modernos, o público (rua) e o privado (casa) são regidos através das mesmas regras (Weber, 2013), no Brasil há uma diferença entre as leis da rua, as instituições do Estado e o espaço público, e os costumes e regras obedecidas dentro do espaço doméstico. Conforme DaMatta (1997a, p. 43) esclarece: “[...] se compro e vendo a um parente ou amigo não quero ter lucro e não me importo com o dinheiro. Mas, se comercio com um estranho, então não existe regra senão aquela de explorá-lo até o último ponto”. Destarte,

troca e comércio são vistos conforme éticas sociais diversas, assim como as interações sociais também são avaliadas de forma diferenciada.

Hollanda (2014) relata que, devido a essa aversão ao rito, os brasileiros costumam fugir às normas e leis e são avessos às funções rotineiras, lentas e monótonas, dado que sua personalidade individual possui dificuldades em ser comandada por um sistema externo, exigente e disciplinante.

A rua e a casa, ao mesmo tempo em que se contradizem, se compensam e se equilibram. Enquanto a casa se baseia na hierarquia, a rua se rege pela democracia e pela igualdade de todos perante as leis. Dessa forma, o que é negado em casa, como a impessoalidade, a igualdade e o trabalho, é obtido na rua. Por outro lado, o trabalho, no catolicismo, é visto como um castigo, enquanto na tradição protestante, é uma atividade que se destina à salvação e ao aperfeiçoamento (DAMATTA, 2004). Essa visão brasileira de que o trabalho é sinônimo de indignidade e sofrimento decorre do já mencionado gosto pelo ócio herdado pelos povos ancestrais indígenas e ibéricos, bem como da aversão aos ritualismos sociais, fatores esses que deram origem ao chamado sistema pré-capitalista, o qual foi compreendido anteriormente.

4.6 HÁBITOS GENUINAMENTE BRASILEIROS

Este capítulo se compromete a descrever aqueles hábitos que caracterizam, expressam e ajudam a compreender a cultura brasileira, com suas contradições e peculiaridades. Por meio de sua amplitude e representatividade do povo brasileiro, além da relevância para o presente estudo, selecionou-se os seguintes hábitos: o Carnaval, a parada militar do Dia da Pátria, a procissão religiosa da Igreja Católica, o futebol, o jogo do bicho, a culinária e o gosto pelas artes.

Damatta (1997b) exemplifica a casa e a rua em três modos de ritualizar no Brasil: a parada militar do Dia da Pátria, o Carnaval e a procissão religiosa. Todos são ritualizações nacionais devido ao seu papel de elemento centralizador da coletividade e dramatizador da consciência global da sociedade brasileira, através de sua utilização como (DAMATTA, 1997b, p. 45):

[...] modos fundamentais, por meio dos quais a chamada realidade brasileira se desdobra diante dela mesma, mira-se no seu próprio espelho social e, projetando múltiplas imagens de si mesma, engendra-se como uma medusa, na sua luta e dilema entre o permanecer e o mudar.

Esses três atos cerimoniais, apesar de distintos, têm em comum a ociosidade implícita, pelo fato de serem feriados nacionais, e seus vínculos políticos, já que as festividades militares são dedicadas à linha mais institucionalizada do Estado Nacional, que são as Forças Armadas, as festas de Carnaval são coordenadas pela grande camada pobre da sociedade civil, assim como as procissões são organizadas pela Igreja Católica, corporação que possui o monopólio da fé (DAMATTA, 1997b).

A comemoração do Dia da Pátria, realizada nacional e anualmente no dia sete de setembro, é um rito histórico, ou seja, se refere a um fato histórico específico. Neste caso, a data celebrada é a Independência do Brasil, que simboliza o nascimento do Estado burguês, teoricamente antiaristocrático, e na conseqüente virtude burguesa da individualização proclamada. Consiste também em um rito de passagem, na medida em que marca a transição e a evolução de um período colonial a um paradigma de autonomia e maioria política (DAMATTA, 1997b).

A festividade mencionada se diferencia do Carnaval, na medida em que é um evento diurno, formal, planejado e fortemente ordenado e centralizado, num local historicamente sagrado e diante de figuras que representam a ordem política e jurídica da nação, ou seja, seus heróis nacionais oficiais, que são representados pela figura do *caxias*. Em um desfile homogêneo, o foco é dado unicamente na marcha e no respeito à ordem social, expressos através da continência gestual e verbal às autoridades e aos símbolos nacionais, manifestando a manutenção de uma hierarquia. A vestimenta utilizada pelos membros, tanto nos ritos como no cotidiano, é a farda, tipo de uniforme que, como o próprio nome diz, os igualiza, os corporifica e os esconde, separando o papel que estes exercem naquele ritual, formal, do papel desempenhado no cotidiano, informal. Os trajes militares, por simbolizarem o poder na ordem social, remetem a posições centrais da estrutura social (DAMATTA, 1997b).

O Carnaval, realizado no domingo, na segunda-feira e na terça-feira anteriores à Quaresma, é um evento informal, imprevisto e descentralizado, de ação popular espontânea, despersonalizada, individualizada, dominada pela diversão, liberdade, incontinência às leis e neutralização ou inversão das posições sociais, características resultantes “da suspensão temporária das regras de uma hierarquização repressora” (DAMATTA, 1997b, p. 49), tipicamente noturno, representado pelos bailes, pelos blocos e pelos desfiles de escolas de samba. É marcado por uma temporalidade cíclica e cósmica: cíclica porque independe de datas fixas para ocorrer; e cósmica, na medida em que é fundado em uma relação dicotômica

entre os homens e Deus, entre a licença e o excesso, entre o pecado e a salvação, entre o abuso do sexo e a sua moderação, dentro e fora da rotina (DAMATTA, 1997b).

O espaço de realização do ritual carnavalesco é a rua. Contudo, especificamente neste feriado, a rua deixa de ser um local desumano, que representa negativamente a rotina, o sofrimento do cotidiano, a obrigatoriedade de cumprimento das leis e a repressão das hierarquias do poder, para se tornar, positivamente, uma zona alegre onde a sociedade se encontra para escapar da rotina e igualar temporariamente suas posições sociais. Trata-se, portanto, de um momento de inversão, no qual os indivíduos manifestam sua revolta moral e política acerca da estrutura social vigente (DAMATTA, 1997b).

Ao contrário da parada militar, os desfiles de Carnaval se fundamentam na teatralização de um período aristocrático, e são organizados, em geral, por camadas baixas e marginalizadas da sociedade, porém participam pessoas de todas as classes sociais, inclusive celebridades. Além disso, o ordenamento das escolas de samba é decidido através de sorteio público, sendo, portanto, um ambiente mais competitivo e inclusivo do que a realidade cotidiana (DAMATTA, 1997b).

Porém, percebe-se que os desfiles de Carnaval possuem, simultaneamente, quatro personalidades: uma com um caráter competitivo, pois apesar de ser organizado pela camada mais pobre da sociedade, seu objetivo é premiar as melhores escolas de samba; uma segunda, contendo um caráter de submissão e de trégua entre as classes dominantes e dominadas, porque há uma inversão entre a pessoa que desfila – um pobre - e o personagem que este representa – um nobre, já que as classes dominantes não são vistas como ricas, mas como nobres; uma terceira com um caráter dinâmico, já que seus participantes desfilam dançando, levando a uma visão de movimento; e outra com um caráter polissêmico, por sua capacidade de reunir aspectos simbólicos tão antagônicos, tais como a pluralidade na uniformidade, a igualdade na diferença, o pecado em um período religioso, assim como a aristocracia habitual na carência real de recursos de seus participantes (DAMATTA, 1997b).

A vestimenta utilizada nesse tipo de ritual é a fantasia, que representa, metaforicamente, a união do papel imaginário com a função que o indivíduo exerce na vida real. Diferentemente do uniforme obrigatório da vida real, é a própria pessoa que escolhe a sua fantasia. Nesse sentido, esta procura simbolizar, na figura do *malandro*, os personagens pertencentes à periferia, ao passado ou ao ilícito da estrutura social, ou seja, aqueles que são culturalmente proibidos ou estão fora do sistema hierárquico, colaborando para criar um

universo cosmopolita e polissêmico, no qual há a combinação de elementos conflitantes e uma conciliação moral entre estes (DAMATTA, 1997b).

Por sua vez, a procissão religiosa é um rito que harmoniza tanto elementos hierárquicos e formais, como no Dia da Pátria, quanto polissêmicos e informais, como no caso do Carnaval, neutralizando, através da fé, as relações entre as diferentes posições, grupos e categorias sociais. Por um lado, a intermediação entre o santo que está sendo venerado e o povo em devoção - simbolizado pela figura do *renunciador* -, é efetuada pelas autoridades eclesásticas, civis e militares, as quais são rigorosamente hierarquizadas e seguem uma rígida formalidade durante o culto. Por outro lado, o referido ritual, que é composto por indivíduos de todas as classes sociais, se inicia com uma missa e termina com uma comunhão informal, festiva e conciliadora similar à do Carnaval, em cujo local há a venda de refeições, o leilão de diversos artigos para arrecadar fundos, bem como a realização de jogos e danças (DAMATTA, 1997b).

Essas três práticas culturais brasileiras são ilustradas por DaMatta (1997b) para demonstrar que cada uma delas procura revelar diferentes percepções, interpretações e reflexões acerca de sua realidade e de sua ordem social. Deste modo, verifica-se que em uma mesma sociedade podem coexistir aspectos antagônicos e contrastantes. Isto posto, verifica-se três aspectos: i) enquanto a manifestação do Dia da Pátria evidencia a rotina que está implícita na estrutura e na hierarquia da sociedade; ii) o foco do Carnaval é realçar o caráter ambíguo desse sistema, demonstrado pelas crenças, sentimentos, atitudes, valores e grupos que são deixados à margem da sociedade por serem controversos ou polêmicos e, conseqüentemente, problemáticos; iii) e por fim, a perspectiva da procissão religiosa pretende harmonizar a massa popular e o Estado, através do culto ao santo, sob o amparo da Igreja, no momento em que associa os valores locais aos universais, formais e informais.

Além das três manifestações culturais mencionadas, pode-se citar também a prática e o acompanhamento habitual de esportes pelos brasileiros, principalmente em relação à sua preferência pelo futebol; as práticas de jogos de azar, como o jogo do bicho; a rica culinária brasileira e o gosto pelas artes, como a música, o cinema, as peças teatrais e as novelas televisivas.

Rinaldi (2000, p. 168), destaca a paixão nacional pelo futebol, que, conforme este, no Brasil é mais do que apenas uma simples atividade física, sendo também uma prática social de manifestação cultural da sociedade, ou seja, tal como o Carnaval descrito por DaMatta, seria outro modo de "[...] desviar a atenção das pessoas das coisas mais sérias, como a economia e

a política". Conforme este autor, a identificação do povo com o futebol se dá através da subjetividade das relações de proximidade entre os jogadores ou entre estes e seus torcedores, além das transgressões às normas do jogo que ocorrem dentro do campo, além do prazer e da alegria que a festa e o ócio de torcer por um time de futebol proporciona. Assim, da mesma forma que o Carnaval, intrínseco ao imaginário coletivo acerca do futebol está presente a ideia de transgressão às leis, remetendo à figura do malandro, que foge da rotina diária de trabalho, formal, para o lazer, que é informal. Ao mesmo tempo, pela sua capacidade de massificação e popularização, o futebol é, além de uma forma de sociabilização, um espetáculo que não apenas diverte e distrai as massas, mas também é utilizado como instrumento de divulgação e manipulação destas em relação a ideologias e incentivo ao consumo de mercadorias.

Em relação à crença na sorte, grande parte da população tem o costume do jogo do bicho, apesar deste ser um jogo clandestino. Conforme estudo sociológico de DaMatta e Soárez (1999), o jogo do bicho é um hábito ambíguo e contraditório, dado que, apesar de sua prática ser fortemente arraigada e difundida na sociedade, ao mesmo tempo é uma atividade ilícita e estigmatizada, sendo vista, por um lado, como um jogo inocente, e por outro, como um vício. Primeiramente criado por um nobre do Império, o Barão de Drummond, como um simples sorteio promocional, no qual o animal marcado no ingresso de um zoológico do Rio de Janeiro deveria corresponder ao selecionado pelo mencionado nobre; no início da República, já havia se transformado em um jogo de azar bastante popular com a introdução de palpites e apostas, que eram financiadas e intermediadas por agentes independentes.

A partir da Proclamação da República, na qual se formalizava um capitalismo improvisado e selvagem, como já mencionado anteriormente, criou-se uma ambição desmedida por riqueza com base na especulação. O jogo do bicho surge, então, como uma possibilidade de ascensão na sociedade, cuja realização não é pretendida através do trabalho, que era desvalorizado, devido à estrutura escravocrata e desigual, mas através da especulação fundada no simbolismo dos animais (DAMATTA; SOÁREZ, 1999).

O jogo do bicho é, portanto, um sistema classificatório de caráter totêmico que, paradoxalmente, surge no mundo urbano e caracteriza um processo de modernização singular e contraditório, por não se conformar aos padrões derivados da experiência inglesa, francesa ou americana, que até hoje são tomados como universais e exemplares (DAMATTA; SOÁREZ, 1999). Segundo esses autores, os bichos seriam mais importantes que os bicheiros, porque nesse processo mítico-imaginário da aposta, o palpite, que se faz por intermédio de sonhos, sinais e ideias, serviria como um subterfúgio para o indivíduo enxergar e amenizar a

dura realidade do capitalismo selvagem em que se encontra, tentando “transformar probabilidade em destino e evento em estrutura” (DAMATTA; SOÁREZ, 1999, p. 158-159).

Quando se fala em comida, no Brasil, geralmente não se remete à rua, que está fortemente ligada ao homem e ao trabalho, mas sim à cozinha e à família, que são representadas pelas mulheres, que costumam estar dentro da esfera doméstica. A culinária, com suas regras de preparo, serviço, harmonia e comensalidade, consiste em um mecanismo social que representa tudo aquilo que aumenta a autoestima, que dá liberdade e prazer, e que iguala as diferenças dos indivíduos por intermédio do estômago. O prato mais popular e genuinamente brasileiro, o “arroz com feijão”, trata de mais uma tentativa deste povo de relacionar e intermediar elementos diferentes: “[...] a mistura faz com que o feijão deixe de ser preto e o arroz, de ser branco” (DAMATTA, 2004, p. 35). Ao mesmo tempo, como mais um fator contraditório da cultura brasileira, a culinária é um elemento cultural importante como meio de sociabilidade, em um país onde significativa parcela da população ainda passa fome (DAMATTA, 2004).

Em relação às preferências artísticas, é bastante popular no Brasil o hábito de acompanhar novelas e de ir a espetáculos de teatro ou ao cinema. Nesses três âmbitos, da mesma forma que os outros hábitos já mencionados, há a busca pela carnavalização dos temas, ou seja, de uma libertação da ordem social e hierárquica vigente no cotidiano, tendo a mulher como elo entre os elementos antagônicos da história e da política, dada a sua capacidade de conciliação. Exemplos dessa preferência artística são as novelas baseadas nas obras de Jorge Amado e os cinemas de chanchadas, cujos personagens principais são mulheres que infringem as normas convencionais da sociedade (DAMATTA, 1997a).

4.7 JEITINHO, MALANDRAGEM E "SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO?"

De acordo com Hollanda (2014), a principal representação do brasileiro seria a figura do “homem cordial”: a simplicidade no tratamento, a hospitalidade e a generosidade nas relações sociais refletem, deste modo, um traço dominante de cordialidade do caráter brasileiro, na medida em que se mantém ativa a influência tradicional das normas de convivência, baseadas no meio rural e patriarcal. Entretanto, ao contrário da polidez e da civilidade, para o homem cordial, a vida em sociedade o liberta do pavor que ele sente em viver solitariamente em todas as circunstâncias, assim como de sua busca por evitar os conflitos.

O horror às distâncias decorrente de sua aversão ao rito traduz-se no desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo. Para conquistar um freguês, por exemplo, é necessário torná-lo amigo. O catolicismo humanista, típico do povo brasileiro, deriva da mistura entre o catolicismo ibérico e o intimismo africano, no sentido de que permite tratar os santos com um certo afrouxamento e humanização do rigor dos rituais, que se torna intimista e familiar, democrático, que dispensa no fiel todo o esforço e tirania sobre si mesmo, que participa das solenidades apenas por hábito (FREYRE, 2006; HOLLANDA, 2014).

Segundo DaMatta (1997b), a figura do herói brasileiro oscila em três tipos: i) o *malandro*: aquele indivíduo que vive na desordem dos carnavais, deslocado das regras e formalidades, individualizado pelo seu modo de andar, falar e vestir-se, com criatividade musical e gestual, e que é avesso ao trabalho, pois o vê como um castigo, tentando ganhar o máximo com um mínimo de esforço ; ii) o *caxias*: em oposição ao *malandro*, é um cumpridor de leis e regras, representante da ordem e da hierarquia do Estado, sendo aquele que obriga os outros a trabalhar; iii) e o *renunciador*: aquele que fica entre a ordem do *caxias* e a desordem do *malandro*, ou seja, aquele que rejeita o mundo social com que se depara, e tenta reinventar um mundo alternativo, por meio de orações, buscando encontrar seus ideais de justiça e paz social.

Essa flexibilidade e adaptabilidade típica do brasileiro são explicadas pela aversão às leis e aos ritualismos sociais, que geram uma cultura da informalidade e da pessoalidade, onde os interesses pessoais são priorizados aos sociais e há o costume de tirar vantagem do Estado (HOLLANDA, 2014). DaMatta (2004, p. 46-47) salienta o que segue:

[...] é curioso que a nossa percepção dessa obediência às leis universais seja traduzida em termos de ‘civilização’ e ‘adiantamento’, educação e ordem, quando na realidade ela é decorrente de uma simples e direta adequação entre a prática social e o mundo jurídico. É essa adequação que inventa a obediência que tanto admiramos e desperta a confiança de que tanto sentimos falta.

Entre a desordem carnavalesca, que motiva os excessos e liberdades, e a ordem, que exige disciplina e obediência às leis, encontra-se o dilema brasileiro entre o indivíduo (o sujeito das leis que devem servir para todos) e a pessoa (sujeito das relações pessoais exclusivas, que neutralizariam essas regras, conduzindo a hierarquia). Nesse dilema moral nebuloso, dá-se espaço para as práticas da malandragem, do jeitinho e o “sabe com quem está

falando?”, como uma solução para levar a informalidade onde é necessária a formalidade (DAMATTA, 2004; ALMEIDA, 2015).

A frase “sabe com quem está falando?”, estudada por DaMatta (1997a; 2004), significa uma forma de demonstrar autoridade ao apelar à posição hierárquica, a fim de receber tratamento especial por ser mais rico, ter alta posição hierárquica ou *status* social. A prática do “jeitinho brasileiro”, por sua vez, seria o hábito de utilizar a simpatia e o relacionamento interpessoal para personificar as relações sociais como meio de lograr um objetivo, interesse ou benefício pessoal, burlando um obstáculo impessoal, que são as regras, as leis e a hierarquia. Por fim, a malandragem também consiste em um expediente ou papel social utilizado para solucionar situações difíceis aproximando o impessoal ao pessoal, porém, utilizando-se do talento pessoal de esperteza, criatividade e lábia para usar a lei em proveito de seus interesses. Apesar de estar entre a lei e a desonestidade para obter vantagem própria, o malandro busca seus objetivos sem exercer violência e sem chamar a atenção, ou seja, “[...] diferentemente do bandido, rouba com ‘jeito’, invocando simpatia, empatia e laços humanos” (DAMATTA, 2004, p. 52).

Os papéis sociais mencionados seriam, portanto, duas maneiras de navegação social, ou seja, de escapar da lei. Enquanto uma busca a conciliação e o relacionamento amigável, o outro utiliza a arrogância e o conflito, ao reafirmar o seu poder na ordem social (DAMATTA, 2004).

Em um mundo dividido entre o certo e o errado, entre a formalidade e a informalidade, entre o relacionamento impessoal e o pessoal, o jeitinho seria um mecanismo socialmente aceito, apoiado e empregado por todos os cidadãos brasileiros, que permite a quebra das regras e leis, na medida em que trata determinada conduta ou atitude moralmente diversa, dependendo das circunstâncias em que esta ocorrer (ALMEIDA, 2015).

Para Motta (1997), o jeitinho brasileiro aplica a cordialidade para tornar os relacionamentos formais em informais, por meio de um dispositivo que permite aproximar as partes com base em algo que tenham em comum, tal como um time de futebol ou a cidade natal. Esse dispositivo, para este autor, contudo, é diferente da arrogância, na medida em que não invoca o nome de um conhecido de cargo importante na sociedade, e da malandragem, que pressupõe a tendência a tirar vantagem de alguém.

Discordando de Motta, Freitas (1997, p. 50) afirma que o traço prevaiente no praticante do jeitinho é a prática da malandragem. Para este, “o malandro [...] seria um mestre

na arte do jeitinho” o qual ele define como um “[...] sujeito esperto, que dificilmente é enganado”.

Vieira, Costa e Barbosa (1982), por sua vez, em um conceito mais completo, concluem que o jeitinho brasileiro seria um mecanismo especial, ágil e criativo de ação, utilizado para solucionar problemas, contornar situações difíceis, obter favores ou benefícios, fazer amizades, escapar da burocracia ou da fiscalização, se acomodar, mediante o uso das habilidades de simpatia, relacionamento interpessoal, influência de terceiros ou agrados financeiros.

Para Campos (1966), o jeitinho brasileiro não constituiria nem uma instituição legal nem ilegal, mas paralegal, sendo que esta teria surgido através da combinação de três aspectos: a sua origem histórica feudal, que persistiu nos povos latinos ao longo do tempo; a forma de lidar com a legislação, que nessas culturas tende a ser aplicada com rigidez às classes mais baixas e flexivelmente às mais altas; e a influência da religião católica, que, diferente da protestante, tende a se adaptar mais facilmente a outros povos e instituições, o que favoreceria a prática do jeitinho.

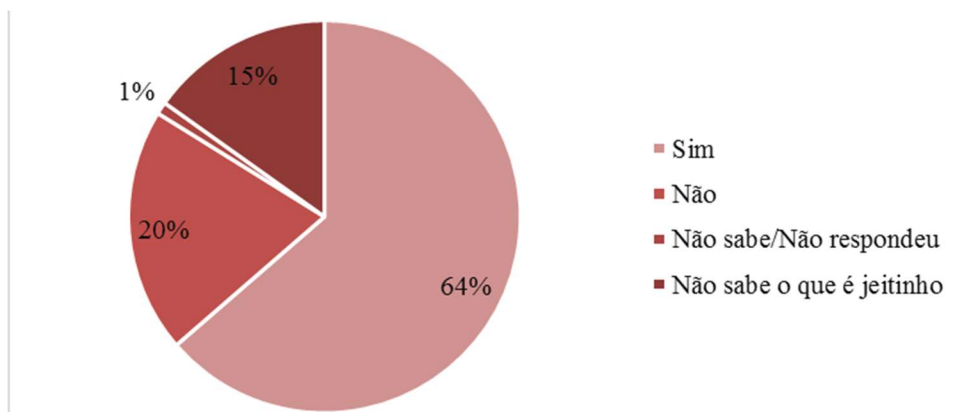
Em nações igualitárias, as leis e os princípios jurídicos são construídos e estabelecidos em coerência com o bom-senso, os hábitos e os costumes praticados e aceitos pela sociedade como um todo, e por esse motivo, não oferecem nenhuma brecha para desconfiar no poder público ou nas instituições, que possam concorrer para a sua não obediência. A disciplina e a confiança em relação às leis e às instituições que as aplicam, decorrentes dessa harmonia entre a prática social e o âmbito jurídico, se dá porque nesses países a legislação é elaborada e empregada universalmente e igualmente a todos os cidadãos, e não visando a exploração, a submissão ou a discriminação do cidadão, ou o oferecimento seletivo de privilégios a determinados indivíduos, tal como ocorre no Brasil. A extinção desses privilégios, decorrente das ideias preconizadas na Revolução Francesa, projetou na justiça desses países uma agilidade e uma eficácia a partir da determinação do certo ou errado, em que não ocorre a aceitação de um elemento hierárquico, intermediário ou gradativo entre ambos (DAMATTA, 2004).

Contrariamente a esses países, no Brasil está presente uma ambiguidade entre o Estado e a sociedade, que se reflete em uma incoerência entre as leis impostas e os costumes sociais. A partir de uma zona moral conflituosa e ambígua, entre o certo e o errado, entre o espaço formal e o espaço informal, as relações impessoais e as pessoais, e onde é difícil identificar as diferenças que limitam o que é um favor, um jeitinho ou uma prática de corrupção, surge um

mecanismo de navegação social, no qual é possível escolher um meio-termo, ou seja, um elemento intermediário, o qual sempre encontra uma “brecha” na lei ou nas proibições (DAMATTA, 2004; ALMEIDA, 2015). “Quanto maior for a utilização e a aceitação desse meio-termo, maiores serão as chances de que haja uma grande tolerância em relação à corrupção” (ALMEIDA, 2015, p. 48).

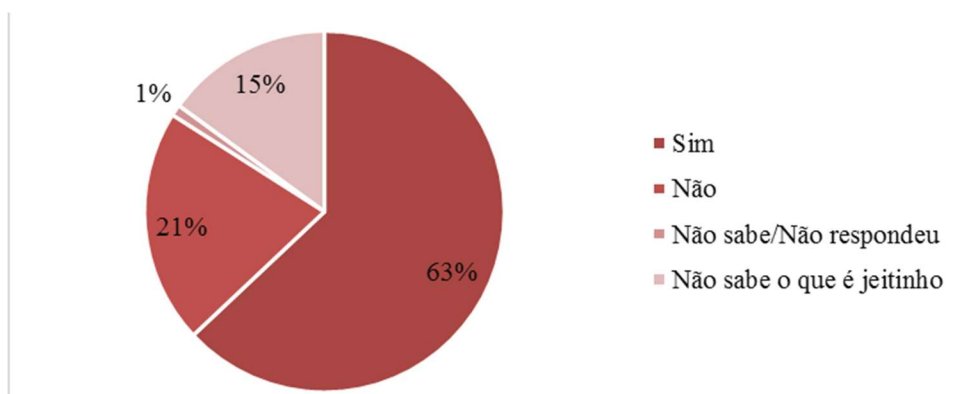
O “jeitinho”, por outro lado, pelo fato de gerar maior desconfiança entre os indivíduos, se traduz não só em maiores quantidades de leis, mas também em procedimentos e regras mais detalhadas e burocráticas nas organizações, afetando as questões legais, tributárias e jurídicas. Além disso, a Pesquisa Social Brasileira (PESB), elaborada pela Universidade Federal Fluminense, por meio dos Gráficos 1, 2 e 3 demonstram que aproximadamente 65% (sessenta e cinco por cento) da população já deu um jeitinho, já pediu para alguém dar um jeitinho ou já deu um jeitinho para alguém, sugerindo que o mesmo está diluído em hábitos já enraizados na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2015).

Gráfico 1 - Alguma vez na vida já deu um jeitinho?



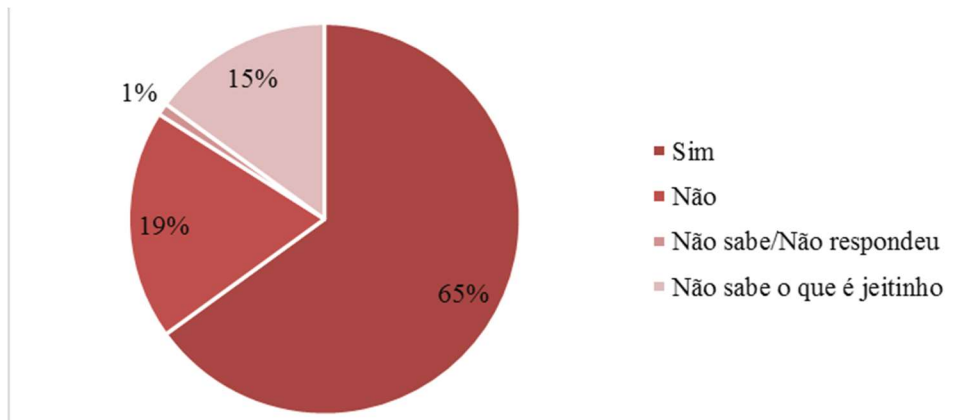
Fonte: Almeida (2015, p. 49).

Gráfico 2 - Alguma vez na vida já pediu para alguém dar um jeitinho para você?



Fonte: Almeida (2015, p. 49).

Gráfico 3 - Alguma vez na vida já deu um jeitinho para alguém?



Fonte: Almeida (2015, p. 49).

Ainda de acordo com essa pesquisa, 50% (cinquenta por cento) da opinião pública brasileira reconhece e aceita a aplicação do jeitinho como padrão moral, tendo como argumentos favoráveis, que este: funciona como uma estratégia de navegação social, diante de um Estado com leis contraditórias e rígidas; auxilia as vítimas da ineficiência do Estado, dando acesso a determinados direitos; e permite uma ruptura das relações hierárquicas (ALMEIDA, 2015).

Pimentel (2009), em seu estudo sobre o jeitinho brasileiro, evidenciou que o Brasil, ao tentar copiar um modelo de desenvolvimento estrangeiro, sem que este tenha sido criado em si mesmo, de acordo com os hábitos mentais de sua própria estrutura social, desdobrou-se em uma sociedade que, em termos práticos, não respeita os valores tidos como modernos, o que resulta em um capitalismo democrático apenas em parte, não liberal e com pouco individualismo, o que favorece as desigualdades jurídica, de renda e de concorrência. Buscando distinguir os valores modernos do capitalismo europeu, através dos princípios liberais e iluministas preconizados pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, aos valores vigentes no capitalismo que se construiu no Brasil, esta autora esboçou um esquema comparativo, que pode ser demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Valores Modernos versus Valores Arcaicos

CAPITALISMO EUROPEU VALORES MODERNOS	CAPITALISMO BRASILEIRO VALORES ARCAICOS
Vocação ao trabalho	Repúdio ao trabalho
Igualitário	Patrimonialista
Democrático	Hierárquico
Individualista	Social
Liberal	Jeitinho

Fonte: Pimentel (2009).

Após esta análise pormenorizada dos hábitos culturais brasileiros vistos neste capítulo, o próximo capítulo compromete-se a associá-los à visão evolucionária e institucionalista de Veblen, que foram descritos e explicados no terceiro capítulo.

5 UMA VISÃO VEBLENIANA DA CULTURA BRASILEIRA

Após o exame minucioso da cultura brasileira e de como esta se formou ao longo do processo de colonização, consegue-se perceber o quanto a mesma se adéqua à abordagem Institucionalista, principalmente no que diz respeito ao modelo institucional evolucionário de Veblen. Por esse motivo, este capítulo tratará de relacionar os principais aspectos históricos, econômicos e sociológicos que formaram a cultura brasileira a partir do arcabouço teórico institucionalista referente à visão *vebleniana*.

Para uma análise mais completa, é oportuno salientar que dentre os povos formadores do país, no período colonial, tanto o português quanto o indígena demonstravam ter traços predominantemente predatórios e aventureiros, o que dava a estes a predisposição para o domínio e a proeza, típica das classes ociosas. Enquanto os portugueses, na época do descobrimento do Brasil, já se encontravam em uma fase cultural bárbara avançada e feudal, os indígenas nativos se situavam em um estágio cultural bárbaro intermediário. Já os povos africanos, pertencentes a um estágio cultural mais primitivo e pacífico, os quais tendiam a valorizar a paz e a contribuição para o grupo, foram arrancados de suas terras de forma coercitiva e aqui, marginalizados e obrigados a trabalhar, representando a classe trabalhadora e servil.

Quanto ao povo nativo, de origem indígena, da mesma forma que seu conquistador, como ver-se-á mais adiante, apresentava um instinto predatório, na medida em que eram desobedientes e não aceitavam ordens de terceiros, não sendo dispostos a qualquer tratamento de submissão ou servidão; e um instinto aventureiro, na medida em que seus membros repudiavam o trabalho metódico e frequente, ao mesmo tempo em que preferiam atividades predatórias e de proeza, tais como o extrativismo, a caça e a pesca. Seus hábitos ociosos, que valorizavam o prestígio e o domínio, ajudam a justificar a afinidade e os relacionamentos que se formaram com os portugueses, a partir da instituição social do *cunhadismo*, no qual os índios do sexo masculino concediam suas mulheres – que eram sua propriedade - aos conquistadores, em troca de parentesco, boas relações e favores.

Outro ponto a colocar é que a relação de tutela e dependência de Portugal em relação à Inglaterra, sob a qual a potência britânica possuía forte poder e aplicava seu instinto de domínio e de influência sobre as decisões políticas e econômicas portuguesas, e que, após a Independência, foi transferida ao Brasil, revela uma relação de submissão ou vassalagem de

uma classe ociosa (Portugal) a outra classe ociosa de nível pecuniário mais elevado (Inglaterra).

O Quadro 3 a seguir pretende ilustrar os três tipos de relações sociais que vigoravam durante o período colonial, assim como a divisão de classes que se formava dessas relações, o que pode auxiliar na compreensão da formação da cultura estudada.

Quadro 3 - Relações Sociais e Divisão de Classes do Período Colonial

PORTUGUESES X INDÍGENAS
Relação social de afinidade e parentesco (<i>cunhadismo</i>).
Classe ociosa x Classe ociosa
PORTUGUESES X AFRICANOS
Relação social de domínio (portugueses) e submissão (africanos).
Classe ociosa x Classe trabalhadora
PORTUGUESES X INGLESES
Relação social de submissão (portugueses) e domínio (ingleses).
Classe ociosa inferior x Classe ociosa superior

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Cabe, também, destacar as principais heranças mentais do colonizador lusitano, que foram preservadas e originaram grande parte da personalidade cultural brasileira. Do instinto predatório do português, que anteriormente já subjuguava os mouros sob a condição de povo conquistado, a cultura brasileira cultivava ainda a estrutura escravocrata, sob a qual se capturava e se submetia africanos como força de trabalho no período colonial, e que se conserva hoje sob a forma de desigualdade social e de preconceito racial, pela associação ao trabalho produtivo.

Outro ponto a destacar é quanto à contribuição do catolicismo intimista, formado pela conjunção dos portugueses com os africanos, à cultura e à estrutura social brasileira, mantendo-se, até os dias atuais, os seguintes hábitos mentais: a devoção religiosa; a aversão ao rito; o fatalismo; o espírito aventureiro; a estrutura agrária; a hierarquia; e, por fim, a ênfase nos relacionamentos e nos laços de parentesco. Cada um desses hábitos será analisado, a seguir.

O hábito de devoção religiosa do brasileiro se caracteriza pelo ócio conspícuo e pelo instinto de artesanato, que o leva a frequentar a Igreja não tanto pela fé, mas mais por hábito ou pela busca por reputação social, ao demonstrar aos outros que perde tempo e esforço praticando atividade não produtiva. Ao mesmo tempo, a adaptabilidade do povo português permitiu o hábito de aversão ao rito e de afrouxamento dos rituais, originando o costume de

mesclar as práticas e cultos de diferentes religiões, tanto as animistas quanto as antropomórficas, transgredindo suas normas ou flexibilizando o seu devido rigor.

O hábito fatalista, outro fator decorrente da devoção católica, sob o qual os seus membros tendem a aceitar o destino de suas vidas, de maneira paciente e tolerante, apenas porque seria “vontade divina”, diz muito sobre a identidade cultural do povo brasileiro, visto que contribuiu para que este se tornasse um povo pacífico, que crê e tem esperança na sorte e no destino, mesmo em situações de pobreza, de desigualdade social e de outras adversidades.

A ética aventureira do povo católico, decorrente também de seu instinto de artesanato, apesar de ter contribuído positivamente para a predisposição portuguesa a hábitos ociosos e arriscados de aventura, como a navegação e a exploração de novos territórios, ocasionou consequências negativas na cultura e na economia brasileira, por ser o espírito de aventura antagônico ao espírito do capitalismo. Por ser este caracterizado pela valorização do ócio, pela repulsa ao trabalho produtivo ou servil, e da busca pela riqueza rápida e sem esforços, acabou motivando as práticas da malandragem e do jeitinho brasileiro, hábitos profundamente arraigados nesta sociedade.

A estrutura agrária se formou pelo hábito agrário ou latifundiário como unidade de produção, decorrente das Cruzadas, e a conseqüente hierarquia de poder, resultante do instinto de domínio da classe dominante, que anteriormente pertencia ao alto clero, e foi transferida, no Brasil, aos senhores de engenho, depois para os coronéis, e, por fim, para a elite dominante, formada predominantemente por uma aristocracia agrária. Ambos hábitos mentais acabaram contribuindo para a formação de outro hábito mental, denominado “mentalidade da casa-grande”, que faz com que até hoje haja a ideia de que somos uma terra de senhores e escravos, ou seja, da existência antagônica de uma classe ociosa e de uma classe trabalhadora e servil, originando diversos preconceitos. Além disso, a referida classe ociosa domina os aspectos políticos e econômicos da sociedade, ao impor seu poder na hierarquia social através da arrogância, que se dá sob a forma do dispositivo “sabe com quem está falando?”, descrito no capítulo anterior. Essa estrutura hierárquica revela a enorme desigualdade de renda, social e política e o formalismo institucional do Brasil, sob o qual a lei diverge da realidade e das necessidades da população, além de ser aplicada diferentemente para as diversas classes, privilegiando sempre a classe ociosa dominante.

A ênfase nos relacionamentos sociais e nos laços de parentesco se fortaleceu no Brasil pelo instinto familiar preconizado pela religião católica, dado que a partir dos ritos de batismo e casamento, provocava-se relações de aproximação entre padrinhos, afilhados e compadres.

Por meio desse apego aos valores familiares aliado ao intimismo africano, criaram-se hábitos para tornar os indivíduos mais próximos, desde os mais sutis, tais como o de empregar diminutivos para denominar objetos ou pessoas e o de omitir o sobrenome dos indivíduos, chamando-os apenas pelo primeiro nome; ou até mesmo hábitos mais graves, como a concessão de privilégios ou favores a determinados conhecidos ou parentes.

É através desse mesmo instinto familiar, portanto, que se desenvolveu no país um capitalismo subdesenvolvido, politicamente orientado, baseado na ordem familiar e patriarcal, que por sua vez, criou instituições patrimonialistas e estamentais, cujo aparato administrativo funciona por intermédio de relações pessoais e informais, de valores pouco racionais, arcaicos e atrasados, sem que haja a distinção entre a esfera pública da privada, de hábitos clientelistas, personalistas e de cooptação política e partidária. Pelo fato de o ambiente político ter se desenvolvido, no Brasil, antes do sistema econômico, é o primeiro que controla e orienta as decisões econômicas, visando a preservação da desigualdade social, política e econômica, sob a qual a classe ociosa se mantém no topo da hierarquia, por meio da manutenção de hábitos mentais tradicionais e conservadores.

A partir do Quadro 4, procura-se resumir os hábitos mentais herdados pela instituição da religião católica à identidade brasileira, relacionando-os aos seus respectivos instintos formadores, e as formas com as quais se desenvolveram tanto no período colonial como na cultura atual do Brasil.

Quadro 4 - Contribuições Culturais do Catolicismo Intimista

INSTITUIÇÃO	HÁBITO MENTAL	INSTINTO	PERÍODO COLONIAL	CULTURA BRASILEIRA
Catolicismo Intimista	Hábito de devoção religiosa	Instinto de artesanato	Ócio conspícuo.	Participação apenas por hábito ou por reputação social.
	Hábito de aversão ao rito		Adaptabilidade.	Transgressão ou flexibilização das normas e junção de diferentes religiões.
	Hábito fatalista		Aceitação do destino através da vontade divina.	Crença na sorte; Esperança do povo.
	Hábito/ética aventureira		Práticas ociosas de navegação e exploração de novos territórios.	Preferência pelo ócio em detrimento de ocupações industriais ou servis; Busca pela prosperidade fácil, sem esforço; Prática de malandragem e jeitinho.
	Hábito agrário	Instinto predatório/de	Mentalidade da casa-grande;	Desigualdade social;
	Hábito de			Formalismo institucional;

INSTITUIÇÃO	HÁBITO MENTAL	INSTINTO	PERÍODO COLONIAL	CULTURA BRASILEIRA
	hierarquia	domínio	Topo da hierarquia: clero.	Topo da hierarquia: classe ociosa dominante; Prática do “sabe com quem está falando?”.
	Hábito de valorização dos relacionamentos e laços de parentesco	Instinto familiar	Emprego de diminutivo para denominar objetos ou pessoas; Omissão do sobrenome; Concessão de favores ou privilégios; Instituições patrimonialistas e estamentais; Funcionalismo público administrado através da ética clientelista, de cooptação política ou partidária; Jeitinho brasileiro e malandragem.	

Fonte: elaborado pela autora (2016).

A própria inalterabilidade da ordem social e o fato de as poucas mudanças reformadoras terem sido iniciativas das classes ociosas internas (elites brasileiras) ou imposição de uma classe ociosa externa, pecuniariamente superior à interna (como foi o caso da abolição da escravatura, imposta pela Inglaterra), e nunca com participação da massa popular (em sua condição de classe inferior), refletem o interesse da classe ociosa em manter e fortalecer seu *status quo*, referente ao padrão de hábitos e comportamentos vigente, de acordo com seus interesses políticos e econômicos, assim como de suas convicções e costumes tradicionais e conservadores. Visando fugir dessa realidade social tão prejudicial, o povo brasileiro criou sistemas criativos de navegação social, tais como o jeitinho e a malandragem, como também manifestações culturais, tais como o futebol, o jogo do bicho, a gastronomia e as artes.

Mesmo com as mudanças de paradigmas que ocorreram ao longo do tempo, não se perdeu a estrutura agrária, escravocrata, hierárquica e patrimonialista, sendo que os representantes da classe ociosa e da classe trabalhadora apenas variaram, sendo estas, atualmente, desempenhadas por uma pequena parcela de ricos, de um lado, e pela maioria pobre, de outro.

Ao mesmo tempo em que há este abismo social entre pobres e ricos, há o preconceito não somente pela posição do indivíduo na sociedade, como também uma discriminação velada ou disfarçada acerca da cor da pele, principalmente em relação aos negros, devido à persistência do hábito mental da casa-grande, proveniente dessa estrutura, que associa este povo à classe trabalhadora, ainda vista como indigna, conforme já mencionado.

Em muitos casos, a classe social mais pobre, sob condição de desemprego e extrema miséria, fica mais propensa a entrar para a delinquência e a marginalidade, se transformando

em uma classe ociosa espúria, cujo caráter resgata o instinto predatório do hábito marcial. Assim, tenderá, com maior probabilidade, a usar a esperteza e a fraude, como nos casos do jeitinho brasileiro e da malandragem, como também, em casos mais extremos, da violência e da intimidação, para conseguir suprir suas necessidades básicas ou mesmo para deixar de ser um “excluído” na sociedade, na tentativa de ascensão social.

Através desse mesmo hábito mental patriarcal e arcaico que persiste na teoria de vida brasileira atual, se origina também o preconceito de gênero em relação à mulher, visto que esta, em padrões habituais anteriores, era criada, preparada e acostuada a ser esposa e mãe, sendo obrigada a servir a seu marido, que era visto como seu proprietário, e a seus dependentes, em relação às atividades domésticas, usufruindo de um ócio vicário em relação ao patriarca.

Sob uma perspectiva evolucionária, observa-se que nessa desigualdade social existente entre a classe ociosa brasileira, predominantemente agrária, formada por uma minoria que domina e controla o âmbito moral, político, econômico e social por meio das instituições, e a classe trabalhadora, representada pela maioria da população, a primeira convive constantemente com um receio de que o crescimento e o dinamismo da última motivem tensões sociais que possam causar mudanças de paradigmas, ou seja, que ocasionem rupturas no padrão institucional vigente, vindo a afetar os seus privilégios.

Como forma de evitar as mencionadas rupturas, a classe ociosa busca, por meio dos relacionamentos e da preservação de hábitos tradicionais, perpetuar o sistema social vigente por meio de um processo de adaptação seletiva das instituições, baseado na discriminação social, que se dá através dos hábitos de ócio conspícuo, ócio vicário e consumo conspícuo, também herdados do instinto de artesanato e do instinto predatório dos ancestrais lusitanos, que serão analisados a seguir.

No Brasil, os hábitos coloniais de ócio conspícuo, decorrentes do instinto de artesanato e instinto predatório de seus membros formadores, se traduziram em diversas maneiras de ostentar uma vida de ociosidade honorífica e uma posição social de *status* para os outros membros da sociedade, podendo-se citar os seguintes hábitos: i) o emprego e a exibição de criados domésticos, por meio do qual o senhor cultivava uma grande quantidade de servos, que eram, primeiramente, representados pelos escravos, e atualmente, pela classe social mais pobre e marginalizada da sociedade; ii) a valorização das artes e dos talentos artísticos, que incluem o gosto habitual pela música e pelas danças, que são veneradas principalmente no rito do Carnaval, além do interesse por novelas, filmes e peças de teatro; iii) o interesse pelas

regras de culinária e o cultivo de receitas gastronômicas regionais ou de família ao longo das gerações, principalmente no que diz respeito às mulheres, que são ainda fortemente associadas à comida e às atividades domésticas; iv) os instintos esportivo e marcial, representados primordialmente pela paixão nacional pelos jogos de futebol, pela esperteza e transgressão às regras dos jogadores, pela ociosidade de treinar ou de torcer por um time, pela competitividade agressiva entre as torcidas, pela utilização do esporte como forma de sociabilidade, como espetáculo de entretenimento, lazer e faz-de-conta, e como esperança de ascensão social das classes mais baixas; v) a crença na sorte, simbolizada pela prática de jogos de azar, que tem como principais representantes a loteria, que é legalizada e institucionalizada pelo Estado, e o jogo do bicho, que apesar de ilícito, é popularmente utilizado como meio de ascensão social sem a necessidade de trabalhar; vi) o hábito de devoção religiosa, que reúne o caráter arcaico, conservador e predatório de *status* pessoal com o ócio vicário de subserviência a Deus e aos santos; vii) a dupla personalidade da classe ociosa, que permite tratar com regras de etiqueta, cordialidade e gentileza o cidadão pecuniariamente igual, ao mesmo tempo em que trata com menosprezo indivíduos de classe pecuniariamente inferior; viii) a prática de rituais como a parada militar, a procissão religiosa e o Carnaval, que têm em comum a ociosidade dos feriados nacionais e a vinculação a instituições sociais, tais como o Estado, a Igreja Católica e a sociedade.

O Quadro 5 faz uma síntese desses hábitos de ócio conspícuo praticados no Brasil.

Quadro 5 - Síntese dos Hábitos Brasileiros de Ócio Conspícuo

HÁBITOS DE ÓCIO CONSPÍCUO
Emprego e a exibição de criados domésticos;
Valorização das artes e dos talentos artísticos;
Interesse pelas regras de culinária e o cultivo de receitas gastronômicas regionais ou de família;
Instintos esportivo e marcial (futebol);
Crença na sorte (jogo do bicho);
Devoção religiosa;
Regras de etiqueta (cordialidade entre membros da mesma classe ou superior);
Menosprezo (em relação às classes inferiores);
Prática de rituais ociosos (Carnaval, parada militar e procissão religiosa).

Fonte: elaborado pela autora (2016).

No que toca ao hábito de ócio vicário, este era exercido pelos escravos de casa e pela esposa do patriarca, que cultivavam uma espécie de ociosidade servil, por meio de atividades domésticas, visando unicamente a respeitabilidade pecuniária deste último. Atualmente, este

papel se preserva, sendo desempenhado, respectivamente, pelos empregados domésticos (que na maioria das vezes, são mulheres) e pelas donas de casa.

Em relação aos hábitos de consumo conspícuo, derivados do instinto de competição, preservaram-se os seguintes mecanismos emulativos referentes ao período colonial: i) a suposição de fidalguia por meio da ostentação de brasões, de títulos de nobreza, de livros de linhagem e de sobrenomes tradicionais, que ainda são vistos como sinal de “bom nascimento” e de dignidade; ii) a busca pela prosperidade fácil, sem custos e que exijam pouco esforço, através dos hábitos do jeitinho brasileiro ou da malandragem, ou da crença na sorte, por meio do jogo do bicho, todos meios desonestos de se obter vantagens ou recursos em proveito próprio; iii) o vício no bacharelismo, que concede prestígio às profissões liberais, cuja posição de *status* se eleva principalmente quanto às profissões de medicina e direito; iv) o uso do discurso polido e do conhecimento intelectual como meio de promoção e comparação social; v) a busca pelo esnobismo, caracterizada por hábitos de consumo requintados, supérfluos, luxuosos, por parte das classes altas, e pelo consumo de vestuário de marca, pelas classes mais baixas, como mecanismo de aceitação e diferenciação social; v) a discriminação social em relação à cor de pele e à aparência dos indivíduos; vi) o consumo de alta gastronomia, em restaurantes de luxo, por parte das elites, em um país onde grande parte da população passa fome; vii) o consumo de artigos e vestuários de esporte, principalmente daqueles relacionados ao futebol; viii) o consumo devoto, caracterizado por ser um consumo vicário de artigos e vestuários religiosos, que não contêm traços industriais e são desconfortáveis; ix) e, por último, o uso da arrogância no recurso “sabe com quem está falando?”, como meio de demonstrar que possui dinheiro, poder, autoridade ou *status* social superior em relação a outro indivíduo.

Através do Quadro 6, abaixo, faz-se uma relação resumida dos hábitos mencionados de consumo conspícuo praticados no Brasil.

Quadro 6 - Síntese dos Hábitos Brasileiros de Consumo Conspícuo

HÁBITOS DE CONSUMO CONSPÍCUO
Ostentação de brasões, de títulos de nobreza, de livros de linhagem e de sobrenomes tradicionais;
Busca pela prosperidade fácil (jeitinho, malandragem ou crença na sorte);
Vício no bacharelismo;
Uso de discurso polido e de conhecimento intelectual;
Esnobismo (consumo oneroso de bens);
Discriminação por aparência ou cor de pele;
Consumo de alta gastronomia;

HÁBITOS DE CONSUMO CONSPÍCUO
Consumo de artigos e vestuários de esporte;
Consumo devoto;
Arrogância (“sabe com quem está falando?”).

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Após realização dessa análise, verifica-se que mediante o mencionado processo cumulativo de adaptação seletiva – como sugerido por Veblen (1983), utilizado pela classe ociosa dominante brasileira, sobrevivem apenas os cidadãos e as instituições que se adaptarem e cultuarem o padrão de hábitos tradicionais egoístas e arcaicos impostos por essa classe. DaMatta (1997b, p. 68) consegue assimilar essa ideia ao se referir às ambiguidades brasileiras já tratadas:

No caso brasileiro [...] o povo que faz o carnaval ser precisamente o povo de Sete de Setembro; o chefe ‘boa-praça’ ser o homem do ‘sabe com quem está falando?’; o homem cordial ser capaz de violência; e o malandro e o caxias serem igualmente admirados. É portanto, na cultura da igualdade desmedida e personalizada das massas que surge o caudilho autoritário, mas paternal na sua simpatia. E é no mundo do populismo reformador que surge o mais violento autoritarismo como modo crítico de reestruturar o sistema’.

Ao mesmo tempo, através da desigualdade social exposta, as classes mais baixas desprovidas de sustento perdem as condições e o poder de consumo necessários para a adoção de novos hábitos mentais que possam promover crises reformadoras que rompam com o *modus operandi* da ordem social vigente. Essas crises, ao causarem mutações nos hábitos mentais dos brasileiros, serão capazes de criar novas instituições, mais igualitárias, que façam leis mais condizentes com a realidade e que as façam ser cumpridas por toda a população.

Nesse sentido, enquanto houver disparidades nas instituições, nas leis, na burocracia, nas decisões econômicas e nas relações humanas, que beneficiam apenas uma pequena parcela da população, o paradigma institucional atual não sofrerá mudanças, perpetuando ainda mais esses hábitos mentais baseados em uma estrutura desigual e hierárquica.

Dado que o padrão cultural atual está visivelmente ultrapassado, seria oportuno, por conseguinte, que novos hábitos sejam incorporados na cultura brasileira, no sentido de interromper a inércia, a relutância e o conservantismo das instituições atuais, em um reajustamento seletivo, conforme proposto por Veblen (1983).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central analisar, a partir da história da colonização brasileira, os hábitos mentais institucionalizados dos brasileiros como uma consequência da formação histórica de sua identidade cultural, através de uma perspectiva Institucionalista *Vebleniana*.

Tendo em conta o cumprimento deste objetivo, buscou-se, primeiramente, realizar um estudo bibliográfico acerca das principais abordagens da Economia Institucionalista, permitindo-se compreender as três abordagens teóricas estudadas e as suas principais diferenças metodológicas. Assim, foi possibilitado o entendimento de que a primeira escola estudada, o Antigo Institucionalismo Norte-Americano, fundado por Thorstein Veblen, Wesley Mitchell e John Commons, se caracteriza pela combinação da história econômica com a influência evolucionária de Charles Darwin, pela crítica à ortodoxia da economia neoclássica; que a segunda abordagem, da Escola Neo-Institucionalista ou NEI, cujos principais autores são Galbraith, Gruchy, Hodgson, Ramstad, Rutherford, Samuels, Mark Tool e Stanfield, possuem ideias semelhantes às dos Velhos Institucionalistas, e defendem uma pesquisa interdisciplinar, um modelo de causação de cima para baixo e o coletivismo metodológico, em contraposição ao individualismo metodológico dos economistas neoclássicos; e que a terceira e última visão institucionalista pesquisada, a Nova Economia Institucional, foi fundada por Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North, e suas unidades de análise são a ideia de complementaridade aos preceitos neoclássicos, em vez de sua rejeição, e o foco na Teoria da Firma e nas noções de escassez e custos de transação, formuladas por Commons, visto como seu fundador.

Em segundo lugar, a pesquisa acerca das três referidas correntes da Economia Institucionalista resultou na eleição da abordagem mais adequada a este estudo: o Velho Institucionalismo Norte-Americano e as concepções de seu precursor, Thorstein Veblen, levantadas em sua obra "A Teoria da Classe Ociosa", escrita em 1899. Deste modo, foi possível, na segunda parte deste trabalho, introduzir e aprofundar as noções *veblenianas* evolucionárias de cultura, instintos, hábitos mentais e instituições, no qual Veblen reuniu indivíduos e sociedade, em uma análise simultaneamente micro e macroeconômica, que combina aspectos da História econômica com o Evolucionismo de Charles Darwin, aplicados às instituições.

Em relação às conjecturas levantadas por Veblen (1983), verificou-se que a história da evolução do homem é dividida em cinco estágios culturais, que são descritos como: i) estágio cultural selvagem, que se caracteriza por ser pacífico, sedentário e colaborativo, e pela ausência de propriedade privada, de divisão de funções e de uma classe ociosa; ii) estágio cultural bárbaro primitivo, que se caracteriza por ser uma sociedade quase pacífica, na qual a propriedade de mulheres do inimigo é utilizada como instrumento emulativo, e que divide a sociedade em funções femininas e masculinas; iii) estágio cultural bárbaro intermediário, que se qualifica por uma cultura pacífica, na qual a propriedade se estende para a propriedade de pessoas, incluindo não só as mulheres, mas também os dependentes e os escravos, e as ocupações se dividem entre honoríficas (ociosas) e indignas (trabalhosas, monótonas e frequentes); iv) estágio cultural avançado ou feudal, com a propriedade de bens, na qual aparece a distinção entre uma classe ociosa (composta por nobres, sacerdotes e agregados), que se ocupa de atividades não industriais, e uma classe inferior (formada por plebeus), que tem funções estritamente industriais, manuais ou servis; v) e, por fim, a moderna comunidade industrial, que divide a sociedade entre classe ociosa (formada por ricos) e classe trabalhadora vista como inferior (composta pela população pobre), cujo mecanismo emulativo é a riqueza, o sucesso e a acumulação consumista de bens materiais.

Em seguida, esclareceu-se: i) de que forma surge a distinção entre uma classe ociosa e uma classe trabalhadora; ii) acerca da manutenção de uma situação de discriminação e desprezo social, por parte da classe ociosa, partindo-se da ideia de que o trabalho produtivo é vil, humilhante e indigno, não sendo condizente com uma vida espiritual elevada; iii) que a posse de riqueza e poder, evidenciada aos outros em forma de ociosidade conspícua, é um ideal de nobreza e beleza a ser almejado pelos indivíduos decentes, a fim de se obter posição social de *status*; iv) que através da procura contínua por riqueza e status pela classe mais pobre, surge uma classe ociosa secundária espúria, que acaba se vendo na mendicância e na marginalidade da sociedade; v) que as principais formas de demonstrar ócio conspícua, para receber prestígio e respeitabilidade pecuniária da sociedade, são as normas de etiqueta e decoro, o exercício de talentos eruditos ou artísticos, o conhecimento de idiomas em desuso, de ciências ocultas, das regras de ortografia, sintaxe e prosódia corretas, da música e outras artes, da moda de vestuário, do mobiliário, de jogos, esportes e animais de raça, como cães e cavalos de corrida; vi) que os indivíduos da classe ociosa se motivam pelo instinto de competição, sob os quais precisam demonstrar consumo conspícua, ou seja, ostentar o consumo supérfluo de bens não produtivos, e ao mesmo tempo, ter o poder de definir e

influenciar as tendências da moda e as regras habituais do padrão de vida vigente que todas as classes abaixo desta, o que pode ser melhor exemplificado pelo consumo de vestuário e o código de comportamento estético; vii) que semelhantemente à seleção natural sugerida por Charles Darwin, as instituições e os instintos humanos evoluem através de uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e de um processo cumulativo, adaptativo e obrigatório dos indivíduos a um meio ambiente que muda gradualmente, por meio do progresso social e das mudanças institucionais; viii) e, por fim, que os hábitos mentais marcial, esportista, de crença na sorte e de devoção religiosa, provenientes do instinto predatório do homem, tendem a se preservar ao longo da evolução humana, por meio do patriotismo, da propensão para as guerras, do duelo, da prática de esportes, de jogos de azar ou de habilidade, das crenças animística e antropomórfica e da prática de cultos religiosos.

Após a fundamentação teórica, tratou-se de investigar historicamente o período colonial brasileiro, desde seu descobrimento, a partir de autores que se empenharam a interpretar o Brasil, tais como Roberto DaMatta, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro, Roberto Campos e outros, buscando-se apurar os aspectos sociológicos, econômicos e políticos que pertenciam aos seus povos formadores, os portugueses, indígenas e africanos, que afetaram o desenvolvimento econômico e concorreram para a formação das instituições do país, e, ao mesmo tempo, para a identidade cultural do povo brasileiro, sob a forma de hábitos mentais.

A partir da pesquisa bibliográfica sobre a cultura brasileira, permitiu-se inferir que i) a cultura brasileira construiu suas instituições por intermédio da contribuição e da preservação dos hábitos mentais dos grupos sociais que participaram de sua colonização, tais como os portugueses, indígenas e africanos; ii) em vez de ser implantado, no Brasil, um sistema capitalista racional, burocrático de direito, competitivo, com leis igualitárias, impessoais e com distinção entre a esfera pública e a privada, conforme preconizado por Weber (2013), se formou aqui um sistema pré-capitalista, selvagem, aventureiro, orientado e controlado por meios políticos, baseado na ordem familiar e patriarcal, que por sua vez, criou instituições patrimonialistas e estamentais, cujo aparato administrativo funciona por intermédio de relacionamentos pessoais e informais, de valores pouco racionais, arcaicos e atrasados, sem que haja a distinção entre a esfera pública da privada, de hábitos clientelistas, personalistas e de cooptação política e partidária; iii) ao fazer a distinção entre a ética protestante e a ética católica de trabalho, verificou-se que vigora no Brasil a ética católica, decorrente do

catolicismo ibérico e seu caráter aventureiro, cujo *ethos*, contrariamente ao espírito do capitalismo de Weber, valoriza a ociosidade, a irresponsabilidade e a recompensa imediata, sem esforços, vendo o trabalho produtivo como um castigo; iv) devido à sua estrutura agrária, hierárquica, patriarcal e escravocrata e, a estrutura de classes brasileira sempre se manteve desigual e discriminatória, privilegiando a classe dominante formada pelo patronato senhorial, em detrimento às classes sociais mais baixas, apesar de se dissimular sob uma “falsa igualdade” transmitida pelo formalismo institucional; v) enquanto em povos modernos, as esferas pública e privada são orientadas e tratadas sob as mesmas regras e leis, no Brasil, como exemplificado por DaMatta por intermédio da rua e da casa, o brasileiro tende a tratar diferentemente esses dois espaços, ao mesmo tempo em que, pela aversão ao rito e de sua preferência pelo âmbito doméstico e familiar, tendem a fugir da rua, que representa as leis, a rotina, a hierarquia, a formalidade e a obediência; vi) analisou-se, através dos hábitos genuinamente brasileiros, representados pelo Carnaval, pela parada militar de comemoração à Independência, pela procissão religiosa da Igreja Católica, pelo futebol, pelo jogo do bicho, pela culinária e pelo gosto pelas artes, que estes são diferentes mecanismos sociais que o povo brasileiro utiliza para interpretar, à sua maneira, a sua própria realidade social e para evitar e se distanciar da rotina, que é vista como castigo em seus hábitos morais; vii) a partir da estrutura desigual e do formalismo institucional herdados dos seus colonizadores, o brasileiro se encontra em uma zona moral nebulosa e confusa, na qual não se enxerga nitidamente a diferença entre certo e errado e entre relacionamento formal e informal, abrindo-se brecha para práticas de desonestidade e de transgressão às normas e leis, que podem ser tratados, dependendo do ponto de vista, como favor, jeitinho brasileiro, malandragem ou corrupção, e para a obtenção de privilégios por meio da posição de *status* na sociedade, representada pela frase “sabe com quem está falando?”.

Com base na combinação das pesquisas teórica e histórica, foi possível inferir os seguintes aspectos acerca do período colonial: i) o povo português, pertencente a uma etapa cultural bárbara avançada e feudal, possuía instinto predatório e aventureiro; ii) o povo indígena, pertencente à fase cultural bárbara intermediária, também continha caráter predatório e aventureiro; iii) o povo africano, por sua vez, pertencia a um estágio cultural primitivo e traços pacíficos; iv) os portugueses e os indígenas representariam, portanto, a classe ociosa, e os africanos, a classe trabalhadora e servil; v) do instinto predatório português, herdou-se a estrutura escravocrata, cujos resquícios se dão atualmente sob a forma de desigualdade social e de preconceito racial.

Pode-se, também, depreender que o catolicismo intimista vigente no Brasil devido à combinação cultural entre os povos portugueses e africanos, contribuiu enormemente à manutenção dos hábitos mentais de devoção religiosa, qualificada pela ociosidade conspícua e pelo instinto de artesanato; de aversão aos ritualismos, caracterizada pela adaptabilidade e pelo afrouxamento dos rituais, a partir da mescla de diferentes religiões e a transgressão às normas de devoção; de fatalismo religioso, definido pela aceitação do destino pela vontade divina, que concorreu para a crença na sorte do brasileiro e sua esperança em dias melhores; da ética aventureira, que, diferentemente da ética protestante, colaborou negativamente ao fundar um capitalismo politicamente orientado, baseado na valorização do ócio e pelo patrimonialismo, que incentiva hábitos mentais desonestos, como o jeitinho e a malandragem, que, por sua vez, incentivam a corrupção; da estrutura agrária como unidade de produção, que junto com a estrutura hierárquica, originaram e preservaram o instinto predatório na mentalidade da casa-grande; e de ênfase nos relacionamentos e nos laços de parentesco, fundamentada pelo instinto familiar, que originou os hábitos de concessão de privilégios ou favores a conhecidos ou parentes, que tanto caracterizam o aparato da administração pública, formado por instituições patrimonialistas e pela não distinção da esfera pública da privada.

Ao final da pesquisa, foi possível cumprir o objetivo traçado, na medida em que se obteve sucesso na compreensão e na reinterpretação da história e das práticas culturais brasileiras com base nas ideias institucionalistas de Thorstein Veblen.

Ao demonstrar que as práticas do jeitinho brasileiro e da malandragem já existiam no Brasil desde o período colonial, persistindo até os dias atuais, e que estas estão enraizadas na cultura brasileira, em seus hábitos mentais e em suas escolhas morais, refletindo em suas instituições, e que, por outro lado, essas práticas estimulam o exercício da corrupção, verificou-se, através desta pesquisa, que não se trata de hábitos errados e irresponsáveis apenas de um partido político ou de outro, mas decorrem de um padrão sociocultural exercido e perpetuado por toda uma sociedade, e que estes não se dão apenas no âmbito político, mas também no privado.

Deste modo, conclui-se que o combate à corrupção não pode se restringir somente às autoridades, mas que este deve partir, primeiramente, em um programa que vise mudar os hábitos culturais da população como um todo, de forma a romper com a inércia e o conservadorismo das instituições atuais, reajustando-as, o que torna este um desafio muito mais complexo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. A. **A cabeça do brasileiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- CAMPOS, R. O. A sociologia do jeito. In: CAMPOS, R. O. **A técnica e o riso**. Rio de Janeiro: APEC, 1966. p. 10-22.
- CARVALHO, E. D. P. de. O aparelho administrativo brasileiro: sua gestão e seus servidores – do período colonial a 1930. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). **Burocracia e ocupação no setor público brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. p. 19-46.
- COASE, R. The nature of the firm. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 4. n. 16, p. 386-405, nov. 1937. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/ibs/es/alston/econ4504/readings/The%20Nature%20of%20the%20Firm%20by%20Coase.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- COASE, R. The new institutional economics. **The American Economic Review**, Nashville, v. 88, n. 2, p. 72-74, May 1998. Disponível em: <<http://flash.lakeheadu.ca/~kyu/Institutions/Coase1998.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- COMMONS, J. R. Institutional economics. **The American Economic Review**, Nashville, v. 21, n. 4, p. 648-657, Dec.1931. Disponível em: <<http://la.utexas.edu/users/hcleaver/368/368commonsoninstitutionalecontable.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 77-106, 2002a. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2029>>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, 2002b. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23117/000369565.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 8. ed. São Paulo: UNESP, 2008.
- DAMATTA, R. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.
- DAMATTA, R.; SOÁREZ, E. **Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- DAMATTA, R. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução de: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FREITAS, A. B. Traços brasileiros para uma análise organizacional. In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 38-54.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HODGSON, G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 97-125, jun. 2001. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.3_N.1_DOSSIE_1_Geoffrey_Hodgson.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

HODGSON, G. John. R. Commons and the Foundations of Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 37, n. 3, set. 2003. Disponível em: <<http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/commons.pdf>>. Acesso em: 02. mai. 2016.

HODGSON, G. The approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 36, n. 1, p. 166-192, mar. 1998.

HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MITCHELL, W. C. The rationality of economic activity. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 18, n. 3, p. 197-216, mar. 1910. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/pdf/1820997.pdf?acceptTC=true>>. Acesso em: 24 out. 2015.

MONASTERIO, L. M. **A Economia institucional-evolucionária de Thorstein Veblen**. 1995. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

- MONTEIRO, Sérgio M. M. Metodologia da economia e filosofia da ciência. In: CORAZZA, G.(Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- MOTTA, F. C. P. Cultura e organizações no Brasil. In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. p 25-37.
- NORTH, D. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/econ-crime-old/north-1991.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.
- PIMENTEL, J. T. **A institucionalidade do “jeitinho brasileiro”**: regras implícitas ou hábitos dos indivíduos? Uma discussão das abordagens institucionalistas à luz dos intérpretes do Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22652/000714829.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RINALDI, W. Futebol: Manifestação Cultural e Ideologização. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 167-172, 2000. Disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/231318_3804-10687-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.
- VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Paulo: Abril Cultural, 1983.
- VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 2, p. 373-397, 1898. Disponível em: <http://emergentpublications.com/ECO/ECO_other/Issue_12_2_6_CP.pdf?AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em: 23 set. 2015.
- VIEIRA, C.A.; COSTA, F. L. da; BARBOSA, L. O. O jeitinho brasileiro como um recurso de poder. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 5-31, abr./jun. 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/11440/10392>>. Acesso em: 04 mai. 2016.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.